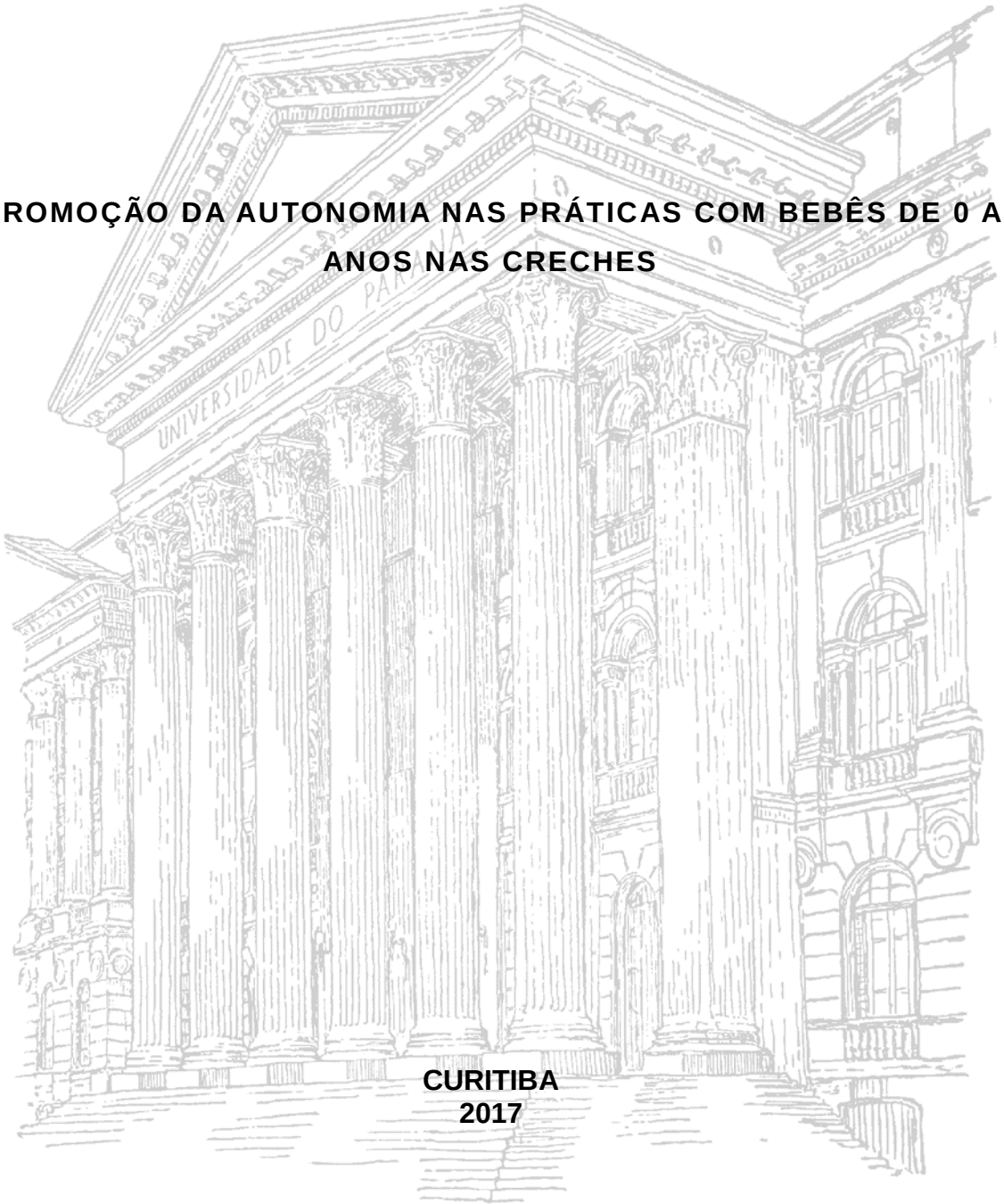
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA GOUVEIA PINHO
NAIARA KALINKE IORI

A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA NAS PRÁTICAS COM BEBÊS DE 0 A 3 ANOS NAS CRECHES



CURITIBA
2017

GABRIELA GOUVEIA PINHO
NAIARA KALINKE IORI

A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA NAS PRÁTICAS COM BEBÊS DE 0 A 3 ANOS NAS CRECHES

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado junto ao curso de Pedagogia do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, como requisito parcial de obtenção de grau de pedagogo.

Orientador: Profª Drª Catarina Moro

CURITIBA
2017

A Deus, o criador de todas as coisas, o maior exemplo de criatividade e amor. Ele nos deu a oportunidade de aprender e crescer, então à Ele devolvemos com gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, sustento eterno, que nos deu consolo, força, sabedoria e paciência para enfrentar a dura jornada da graduação, especialmente nesse último ano.

As nossas famílias, que estiveram presentes durante toda a jornada acadêmica e que nos deram forças, mesmo sem saber, para que concluíssemos este trabalho e o curso.

Aos nossos amados, nossos maiores incentivadores, sempre dispostos a ajudar e estando ao nosso lado em todos os momentos, com quem compartilhamos alegrias, tristezas, frustrações e conquistas. Agradecemos pelo amor e carinho constantes, mesmo nos momentos de stress. Pelo convívio e amor intenso e verdadeiro dedicado a nós.

À nossa orientadora Catarina Moro, por todo o conhecimento compartilhado, por toda a paciência e motivação e principalmente por toda calma transmitida no meio da tempestade de emoções que tivemos durante esse ano.

À nossa amada professora Angela Coutinho, que contribuiu direta e indiretamente para que este trabalho fosse realizado – obrigada por suas aulas tão inspiradoras, por sua postura sempre tão ética, por seu amor pela educação que nos apaixona ainda mais pela profissão escolhida e claro, obrigada por aceitar ser nossa banca.

À todos os professores do Curso de Pedagogia pelos conhecimentos compartilhados e imprescindíveis para nossa formação.

Às nossas amigas de graduação, em especial Bárbara e Patrícia, que foram parceiras durante toda a jornada, nosso sincero agradecimento, sem o apoio de vocês teria sido muito mais difícil.

Enfim, a todos os que contribuíram de alguma forma para que esse trabalho fosse finalizado.

“Faça todo o bem que puder,
Usando todos os meios que puder,
De todas as maneiras que puder...
Para todas as pessoas que puder,
Durante o maior tempo que puder.”

John Wesley

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo apresentar as especificidades da Educação Infantil nas instituições coletivas como creches e similares, com ênfase na discussão acerca da promoção da autonomia dos bebês e das crianças pequenas, mais especificamente de idade entre zero à três anos. Como embasamento para esta pesquisa realizamos um recorte selecionando trabalhos realizados nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul que tratassem da Educação Infantil e das especificidades do trabalho com as crianças pequenas. Desta maneira, utilizamos como referencial teórico as pesquisas de Coutinho (2002), Tristão (2004), Guimarães (2008), Mattos (2013), Fochi (2013) e Gobatto (2011). Selecionamos subtítulos para tratar de cada um dos temas que achamos pertinentes, os quais foram sendo delimitados conforme prosseguíamos com a pesquisa. Os temas seguiram a seguinte estrutura: A criança e suas manifestações; Interação – instituição x família; Papel da professora; Organização dos tempos e espaços e por fim, a Promoção da autonomia dos bebês e das crianças pequenas. A pesquisa permitiu problematizar também as relações de educação e cuidado presentes nas creches e a instituição como um direito da criança, para que esta inicie suas interações sociais, tenha seu corpo, seu ritmo e suas necessidades respeitadas e consideradas e ainda, tenha a oportunidade de vivenciar experiências significativas. Ao fim deste estudo concluímos que, embora as pesquisas não utilizem explicitamente a palavra autonomia, apresentam práticas docentes que muito contribuem para o desenvolvimento integral do bebê e da criança pequena, práticas essas que compreendem a criança como um ser completo e respeitam suas limitações mas também acreditam no seu potencial e capacidade, favorecendo à criança um trabalho de qualidade, humanizador e respeitoso. Portanto, a autonomia está fielmente ligada a promoção do bem-estar, segurança e conforto pois, se a criança encontra-se satisfeita em todos os aspectos, pode arriscar-se a iniciar seus empreendimentos de maneira autônoma e superar seus limites.

Palavras-chave: Educação Infantil; Bebês e crianças pequenas; Creches; Autonomia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8
1.2 OBJETIVOS 111
1.2.1 Objetivo Geral 11
1.2.2 Objetivos Específicos 122
2. REVISÃO DE LITERATURA 133
3. METODOLOGIA 188
4. RESULTADOS 200
4.1 A criança e suas manifestações 211
4.2 Interação – Instituição x Família 217
4.3 Papel da professora 344
4.4 Organização dos Tempos e Espaços 422
4.5 Promoção da Autonomia 488
4.6 Um balanço geral das pesquisas estudadas 511
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 533
5.1 Luzes lançadas à partir desse trabalho 555
5.2 Recomendações para trabalhos futuros 577
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 59

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil é a etapa básica que atende crianças até 5 anos e, mesmo não sendo obrigatória na faixa de zero a três anos, ela é direito de todos os cidadãos; portanto perante a organização dos sistemas de ensino no Brasil cabe aos municípios oferecer gratuitamente a Educação Infantil com apoio da esfera federal[1]. Segundo a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, alterada pela lei 12.796 de 2013, a educação infantil tem como finalidade "o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade." (BRASIL, 2013)

As creches, no Brasil surgiram no século XIX, "e visavam conter as classes populares, liberar a mão de obra feminina para o trabalho doméstico e melhorar o rendimento da mão de obra masculina." (CIVILETTI, 1991 p. 31) Hoje, já se compreende a importância da creche como um serviço destinado às crianças, não mais para as famílias, que visa o desenvolvimento das suas capacidades e oportuniza convívio social além do familiar. Nesse contexto, a escola que faz um trabalho com crianças pequenas passa a proporcionar o desenvolvimento de forma integral, tendo que se preocupar não apenas com aspectos relativos a questões cognitivas e sim com diversos outros relativos às questões humanas e sociais.

Segundo Tristão (2006) há, no senso comum, a ideia da necessidade de haver produção concreta de algo para a ação ser caracterizada como um processo educativo. E até mesmo as profissionais atuantes na Educação Infantil, muitas vezes não reconhecem as potencialidades das suas ações no desenvolvimento dos pequenos. Compreendendo que atualmente há um crescente movimento de pesquisadores interessados nas práticas de Educação Infantil, que por tanto tempo passaram despercebidas, optamos por

[1] Conforme determina LDB 9394/96 compete à União exercer sua função redistributiva e supletiva, com o objetivo de garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino. O regime de colaboração em questão não tem sido efetivado, sobretudo no financiamento.

trabalhar este tema e, através de pesquisa bibliográfica responder as questões que muito nos tem inquietado: O que se deveria proporcionar aos bebês no berçário de uma instituição de educação infantil? O que sabem os bebês? E arriscamos também refletir sobre o papel dos adultos nos contextos de educação infantil, perguntando quais ações, posturas, atitudes são pertinentes às professoras[2] que atuam com bebês e crianças pequenas?

Motivadas pela curiosidade sobre assuntos que abordassem a educação das crianças pequenas e carência de matérias obrigatórias no currículo que reforçassem este tema, buscamos nos aprofundar em pesquisas deste perfil. Ambas tivemos em nossa experiência de estágio em Educação Infantil as pré-escolas, com crianças de 4 e 5 anos. Nosso campo de estágio não foi o mesmo, apesar de ambas termos estagiado em CMEI's – Centro Municipais de Educação Infantil, na cidade de Curitiba/PR. Tivemos experiências diferenciadas já que uma de nós atuou em um bairro pobre da cidade, cercado por favelas e um alto índice de violência, sendo a creche uma instituição que recebia crianças de todos os tipos de situação financeira, mas em sua maioria, crianças de alta vulnerabilidade social e algumas que já haviam sido encaminhadas para o Conselho Tutelar diversas vezes. E, a outra, em um CMEI que ficava localizado em um bairro mais privilegiado, tendo uma estrutura excelente, por ter sido anteriormente uma escola de ensino fundamental, e que recebia crianças de várias classes sociais, sendo a maioria com família bem estruturada. Presenciamos em nosso tempo de observação práticas escolarizantes, em ambos os CMEI's descritos, ações contradizentes ao que aprendíamos em nossa profissão, mas a maturidade adquirida ao longo do curso nos fez compreender a possibilidade de ressignificação das práticas, que embora sejam codependentes do contexto social aonde a criança está inserida deve objetivar o bem-estar da criança e a promoção do seu desenvolvimento de maneira integral.

[2] Ao decorrer do trabalho utilizaremos os termos professor/professora para nos referir ao profissional que, conforme a LDB 9394/96 determina, tem formação preferencialmente em curso superior de pedagogia, admitida como formação mínima o magistério em nível médio.

A partir da experiência com a faixa etária mencionada, sentimos a necessidade de conhecer mais sobre outra faixa etária que está presente nas escolas de educação infantil, as crianças de 0 a 3 anos, que são seres dotados de um corpo onde afeto, intelecto e motricidade estão profundamente conectados.

Além disso, nos preocupamos também em entender como são as particularidades da ação docente que atua nesta etapa, pois a escola que faz um trabalho com bebês passa a proporcionar o desenvolvimento de forma integral, aliando educação e cuidado, pois na Educação Infantil, o cuidar e o educar caminham juntos, portanto, o cuidado e a educação são ações pedagógicas indissociáveis que precisam estar sempre presentes no fazer pedagógico.

Compreendendo que a autonomia da criança pequena é permeada por diversos fatores externos como: a organização dos espaços onde a criança fica; a maneira como é realizada sua alimentação; de que forma, frequência e local são realizadas as ações de higiene e sono; a relação da família da criança para com a escola e seus relacionamentos sociais, objetivamos neste estudo encontrar o que dizem as recentes pesquisas que tratam das especificidades da educação infantil, em relação às crianças com até 3 anos.

Assim, nesta pesquisa direcionamos o nosso foco às crianças de zero a três anos de idade, atendidas em instituições de Educação Infantil para analisar, na perspectiva de pesquisadores de três estados do Brasil, as investigações realizadas que envolvem o trabalho docente nos espaços coletivos, que podem contribuir para a promoção da autonomia dos bebês. Consideramos importante compreender primeiramente, quais caminhos foram percorridos em termos de ação e transformação da creche no decorrer dos anos desde sua criação no Brasil. A partir desta compreensão da transformação histórica, buscamos apontar, sob o ponto de vista dos pesquisadores brasileiros a criança e suas manifestações, de que maneira elas se expressam; a adaptação da criança no momento de transição, que é quando ela ingressa no ambiente compartilhado de educação e cuidado, o que denominamos também de inserção; qual tipo de relação se espera entre

a instituição e a família da criança, para uma boa inserção na creche; qual o papel do professor diante da delicada tarefa de educar e cuidar de forma individualizada e não mecânica num espaço compartilhado; quais os tempos determinados pelas instituições para realização de atividades e como adequá-lo aos variados ritmos dos bebês; quais espaços são destinados à Educação Infantil e como sua organização contribui para o desenvolvimento da criança pequena; de que maneiras se pode promover a autonomia da criança pequena e do bebê sem deixá-lo desassistido ou inseguro; o cuidado em relação a criança pequena, o brincar e as interações sociais dos bebês, entre outros assuntos que parecerem pertinentes.

Acreditamos que essa pesquisa possa contribuir de maneira a iniciar uma sucessão de pesquisas posteriores que levem em consideração a pertinência deste tema e, que embora recentemente abordado de forma mais constante ainda está aquém do que gostaríamos, visto que a Educação Infantil e as especificidades do fazer da professora de creche bem como as possibilidades desta etapa ainda não ficam claras no trajeto acadêmico do curso de pedagogia, além da desvalorização desta profissional, geralmente mulheres, professoras, com formação em nível médio ou superior – um desafio que precisamos vencer.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O nosso objetivo foi apresentar as especificidades da Educação Infantil nas instituições coletivas como creches e similares, com ênfase na discussão acerca da promoção da autonomia dos bebês e das crianças pequenas, de idade entre zero e três anos.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Identificar em pesquisas brasileiras, autores que abordem práticas educativas com bebês, nos espaços coletivos.
b) Compreender o papel da professora de Educação Infantil na mediação entre o cuidado e a promoção da autonomia.
c) Refletir sobre as práticas pedagógicas com bebês nos espaços coletivos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Para que se entenda o sujeito da pesquisa – os bebês, as crianças pequenas – é necessário primeiro compreender o espaço no qual estão inseridos. O espaço sobre o qual discorreremos neste trabalho é o das instituições coletivas: creches e similares.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 1990), atualizado na Lei 13.306, de 2016 assegura o atendimento em creches e pré-escolas como direito da criança, de zero a cinco anos de idade. E, com creche estamos nos referindo a espaços de educação e cuidado, onde há interação e troca entre famílias, professores e crianças, longe da visão assistencialista que por muito tempo caracterizou este estabelecimento.

As creches foram por muito tempo colocadas em discussão na sua existência, sendo consideradas um serviço não-essencial e dispendioso, podendo ser substituídas, de modo eficaz, por medidas “privadas” mantidas pela família (BONDIOLI; MANTOVANI, 1998). Após um longo trajeto de mudanças de cenário e concepções políticas e sociais a respeito dessas instituições a creche ficou compreendida como um serviço que supriria as necessidades e os direitos da mulher que trabalha, como garantia de ocupação extra doméstica. Vital Didonet (2001) fala que as referências históricas das creches mostram que elas foram criadas para cuidar das crianças para que as mães pudessem trabalhar. Hoje, considera-se importante que a concepção da finalidade das creches seja redirecionada, ou seja, que o ambiente de Educação Infantil seja pensado para a criança, um ser humano cheio de vida, dependente e em busca de plenitude, alegrias, encontros, descobertas em experiências ricas e diversificadas.

> A educação infantil tem um significado particularmente importante quando se fundamenta numa concepção de infância cidadã, vendo a criança como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo na construção do seu conhecimento. (TRISTÂO, 2004. p. 113).

A escola para crianças pequenas, portanto, deve ser um espaço

acolhedor, um espaço de encontro, devendo sempre estar aberto ao novo, original e criativo. A creche existe para atender à criança e às suas necessidades, tudo o que acontece na creche deve ser pensado, planejado e organizado em função das crianças, devendo ser um espaço de qualidade que respeite as singularidades de cada criança, assegurando a convivência de diferentes infâncias.

A educação infantil também deve oferecer "oportunidades de fortalecimento da autoestima e de construção da identidade" (COUTINHO, 2002. p. 28), além de incorporar as diversas expressões culturais presentes nesse ambiente.

Delimitamos a idade dos bebês sobre os quais dissertaremos nessa pesquisa, de zero a três anos, idade essa que, como já citado acima, tem por direito o atendimento em creches, embora não haja obrigatoriedade de matrícula. Anna Bondioli e Susanna Mantovani (1998), discorrem sobre a concepção de criança como sujeito capaz, no estabelecimento de relações entre pares, na construção da autonomia e na participação ativa do universo cultural sob o qual está inserida. Defendem que a criança desde os primeiros dias de vida, deve ser considerada um parceiro ativo e competente no jogo interativo e relacional e que é indispensável observá-la e estudá-la no contexto social e comunicativo em que ela se encontra. Tardos e Szanto-Feder (2011, p. 41) dizem ainda:

> Há cada vez mais lugares onde a criança é percebida de uma outra maneira: ativa por si própria e competente desde o nascimento, rica de iniciativas e de interesses espontâneos pelo que a rodeia. As condições que a rodeiam, no sentido amplo do termo, determinam as possibilidades de realizar essas experiências.

Cada pessoa carrega em si características exclusivas, que constituem sua individualidade. Essa formação pessoal se constitui de maneira contínua e se dá através da socialização. A família é o primeiro vínculo social que a criança tem, e independente do parentesco biológico o que constitui o papel social do pai, da mãe, irmãos, avós é a interação destes com a criança. A partir desta vivência é que a criança apreende seu lugar social e então pode

progressivamente ampliar seus círculos sociais (MARANHÃO, 2011). Quando a criança entra em contato com a creche pela primeira vez, pode sentir-se amedrontada, desconfortável e até mesmo irritada, pois além de estar em um ambiente diferente do seu ambiente doméstico se encontra rodeada de pessoas que não fazem parte do seu círculo familiar. A experiência de uma boa inserção é fundamental para que a criança vá gradativamente se apropriando do espaço, conhecendo esse novo ambiente, iniciando contato com seus pares e compreendendo que aquele espaço também é dela.

Segundo Mantovani e Terzi (2003), a presença de uma figura familiar, com a qual a criança tenha um profundo relacionamento de proteção e cuidado, no “novo ambiente”, contribui para que a criança se sinta segura para arriscar suas “incursões”, mas é importante que o adulto coopere com o desprendimento da criança, pois em diversas situações o adulto, mesmo que de maneira mecânica, não proposital, impede a criança de agir de forma autônoma, por concluir que pode premeditar as ações da criança pequena ou até mesmo o resultado de suas ações. Acontece também, que muitas famílias, ao se depararem com o ingresso dos bebês na creche acabam tendo que enfrentar o sentimento confuso, e se veem divididos entre a alegria de vê-lo iniciando um novo processo em sua vida, conhecendo outros indivíduos, socializando, exercendo atividades de maneira autônoma, e a tristeza ao se sentirem desnecessários, desimportantes. Embora seja difícil para muitas famílias compreenderem com clareza a essencialidade de seu papel na criação e desenvolvimento das crianças, um diálogo franco e aberto da professora a esse respeito com eles, mostrando-os que não os pretende substituir, pode facilitar esse entendimento. Num processo aonde o adulto de referência da criança mostra-se presente e não interfere no seu processo de incursão, a separação se torna mais fácil e menos dolorosa, pois gera na criança a confiança para arriscar estabelecer novas relações e conhecer o ambiente externo em que se encontra, em uma forma de adaptação progressiva.

As crianças devem ser vistas como sujeitos protagonistas de

suas aprendizagens, com iniciativas, interesses e sentimentos. Um ambiente rico, adaptado ao bebê, que ofereça liberdade de movimentos e uma ocupação relacionada ao seu desenvolvimento, é essencial para a promoção de uma vida ativa e satisfatória, da criança e do adulto que a cuida e educa. Gobatto (2011) diz que o fato de alguns profissionais ainda tratarem os bebês como seres passivos, que necessitam apenas de serem alimentados, cuidados e higienizados faz com que suas possibilidades de participação no contexto escolar sejam anuladas. O profissional que atende a faixa etária de zero a três anos deve compreender que cuidar não é apenas atender as necessidades físicas da criança, como limpar, trocar fralda, colocar para dormir e alimentar, mas responder às suas demandas de ser vista, ouvida e compreendida. No material formativo do Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância – caderno 4, indica-se que a criança de zero a três anos é ativa, competente e capaz de construir sua autonomia. Ou seja,

> Estimular a autonomia é possibilitar sua movimentação livre e respeitar suas escolhas. O papel do adulto é organizar os ambientes, favorecendo e enriquecendo o acesso das crianças a uma variedade de objetos e materiais cada vez mais instigantes que a desafiem a engatinhar, subir, descer, escorregar, pular, andar, etc. O adulto deve garantir um ambiente seguro e manter uma observação atenta aos balbucios, falas, expressões corporais, às necessidades emocionais, dificuldades e às novas aprendizagens das crianças. E, ainda, através do diálogo constante e do respeito, permitir que, desde a mais tenra idade, a criança possa ter a experiência de decidir, de fazer escolhas, ao mesmo tempo percebendo que existem limites que precisam ser respeitados. (SÃO PAULO, s.d, p. 21).

Tardos e Szanto-Feder (2011) discorrem a respeito da observação atenta sobre esses momentos, observações que devem ser de duplo olhar: o da criança e do adulto, pois:

> Para a criança, não se trata de “preparar o futuro”, mas de esgotar suas possibilidades atuais. Essas possibilidades dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra, do entorno sobre o qual pode ter influência e do seu estado psíquico. (p.42).

Para que a criança tenha experiências autônomas e aprenda com as suas ações é importante que se encontre confortável, tenha liberdade para exercitar e desenvolver suas competências e quando

solicitada ajuda, seja atendida de maneira imediata, transmitindo-lhe segurança, pois

> O adulto só conseguirá desenvolver sistematicamente as habilidades verbais linguísticas, matemáticas, espaciais, corporais e artísticas de uma criança (educá-la), num contexto de cuidado, ou seja, construindo vínculos positivos com ela, por meio de interações que a façam sentir-se segura, amada e respeitada em suas necessidades particulares físicas, emocionais, intelectuais. (SÃO PAULO, s.d., p. 21).

O professor da criança de zero a três anos tem grande importância no seu desenvolvimento e como irá avançar e se relacionar com os desafios da vida e a autonomia é um destes desafios, pois está diretamente ligada à autoestima. Uma criança autônoma se sente capaz, tenta resolver seus problemas e, desta forma aprende, é capaz de se relacionar, se comunicar com as outras pessoas e fazer escolhas.

> Reconhecer a alteridade da infância das crianças bem pequenas nos aponta a possibilidade de ressignificar os cuidados, bem como todas as dimensões das crianças que frequentam creches e pré-escolas, que são meninos e meninas, negras, brancas, índias, crianças diversas, produtoras de cultura, de saberes. Nessa relação de quem observa e constrói conhecimentos acerca daquele com quem se relaciona quotidianamente, as profissionais possivelmente ver-se-ão como parte dessas vivências e sua atuação será fundamental ao desenvolvimento dos empreendimentos infantis. (COUTINHO, 2002. p. 13).

Para que haja um desenvolvimento pleno, as crianças devem ser estimuladas a crescer e a aprender a fazer coisas novas como, por exemplo, guardar os brinquedos, arrumar a sala, colocar o sapato, comer sozinhas. Além destas tarefas, crescer e se tornar autônomo exige que elas desenvolvam a capacidade de tomar decisões e fazer escolhas.

O significado da palavra autonomia no dicionário é: “Aptidão ou competência para gerir sua própria vida, valendo-se de seus próprios meios, vontades e/ou princípios.” (DICIO. Dicionário Online), e com base em Fochi (2013) que utiliza Tardos (2008) vimos uma ampliação nessa definição. Para autora, autonomia é o fato da criança ser capaz de aprender a partir de seu próprio interesse, pois será a partir dessa iniciativa da criança que as atividades farão sentido. Desta maneira, a promoção da autonomia na infância é essencial para a construção de uma personalidade saudável, bem como o desenvolvimento integral da criança.

3. METODOLOGIA

Iniciamos nossas buscas procurando inicialmente nos aprofundar no que a metodologia de Loczy ou, metodologia de Emmi Pickler apresentava sobre o cuidado e a educação de crianças pequenas. A partir destas primeiras leituras e após também lermos algumas obras italianas que falavam das creches e suas especificidades, compreendemos que o nosso ponto de interesse se direcionava às ações que contribuíam para o desenvolvimento da autonomia dos bebês, desta maneira procuramos ir em busca de novas obras que tratavam deste tema que para nós era muito pertinente pesquisar.

Utilizamos como plataforma de busca o Banco de Teses e Dissertações da Capes, procurando por palavras-chave que nos direcionassem às pesquisas que tratavam da autonomia, creches, crianças pequenas e educação infantil. A partir dos resultados encontrados, nos deparamos com uma ampla variedade de pesquisas, destacando-se as realizadas nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que possuem programas de Pós-Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com linhas de pesquisa na Educação Infantil.

A pesquisa em questão não foi realizada de maneira exaustiva e nos limitamos a buscar então, trabalhos apenas dos estados selecionados devido ao grande número de pesquisas recentemente realizadas que tratam destes assuntos em questão. Por recentes compreendemos as pesquisas realizadas a partir do ano 2002, ou seja, aquelas realizadas nos últimos 15 anos. A escolha na seleção dos estados que pesquisaríamos levou em consideração nossa caminhada teórica dentro da Universidade, ou seja, optamos por levantar as pesquisas realizadas em estados que mais contribuíram com fundamentação teórica nas disciplinas obrigatórias e optativas que cursamos, voltadas à educação dos pequenos.

Conforme realizamos as primeiras leituras, a partir das referências bibliográficas destes autores encontrávamos outros e assim montamos nossa listagem do material empírico para leitura e análise, limitando-a com duas obras para cada estado selecionado, cientes de que não seria possível neste trabalho abranger todas as pesquisas já realizadas mesmo com as delimitações determinadas.

Segue no QUADRO I, abaixo, a lista de material empírico que utilizamos

para realização desta pesquisa:

TITULO	AUTORIA	ORIENTADOR	ANO	INSTITUIÇÃO	TESE/ DISSERTAÇAO
As crianças no interior da creche: a educação e o cuidado nos momentos de sono, higiene e alimentação.	Angela Maria Scalabrin Coutinho	Profa. Dra. Ana Beatriz Cerisara	2002	UFSC	Dissertação
Ser professora de bebês: um estudo de caso em uma creche conveniada	Fernanda Carolina Dias Tristão	Profa. Dra. Ana Beatriz Cerisara	2004	UFSC	Dissertação
Relações entre Crianças e Adultos no Berçário de uma Creche Pública na Cidade do Rio De Janeiro: técnicas corporais, responsividade, cuidado	Daniela de Oliveira Guimarães	Profa. Sonia Kramer	2008	PUC-RJ	Tese
LEITURA LITERÁRIA NA CRECHE: o livro entre texto, imagens, olhares, corpo e voz	Maria Nazareth De Souza Salutto De Mattos	Profa. Dra. Patrícia Corsino	2013	UFRJ	Dissertação
“Mas o que os bebês fazem no berçario, heim?”: documentando ações de comunicação, autonomia e saber-fazer de crianças de 6 a 14 meses em um contexto de vida coletiva.	Paulo Sergio Fochi	Profª. Drª. Maria Carmem Silveira Barbosa	2013	UFRS	Dissertação
“Os Bebês Estão por Todos os Espaços!”: um estudo sobre a educação de bebês nos diferentes contextos de vida coletiva da escola infantil.	Carolina Gobatto	Profª. Drª. Maria Carmem Silveira Barbosa	2011	UFRS	Dissertação

QUADRO I – LISTAGEM DOS TRABALHOS DISCUTIDOS

A partir da leitura e análise das obras acima mencionadas, consideramos pertinente a subdivisão de temas para expor as compreensões dos autores acerca de cada uma destas discussões: **A criança e suas manifestações**; **Interação – instituição x família**; **Papel da Professora**; **Organização dos tempos e espaços** e por fim, **Promoção da autonomia dos bebês e das crianças pequenas**.

4. RESULTADOS

Neste capítulo abordaremos cada um dos temas acima mencionados, procurando incluir a fala de todos os pesquisadores selecionados, de acordo com sua linha de pesquisa. Em alguns subtítulos não caberá a fala de todos os pesquisadores por não haverem mencionadas essas temáticas em seus trabalhos e em outras caberá mais a fala de uns do que de outros, devido a escolha dos temas principais de cada tese ou dissertação analisada. Ao nos referirmos as profissionais de educação infantil, estaremos utilizando a nomenclatura professora, no feminino, pois como diz Guimarães (2008) “a identidade profissional da educadora de creche tem se constituído historicamente no feminino, trazendo marcas do processo de socialização das mulheres.” (p. 51).

Primeiramente falaremos sobre **A criança e suas manifestações** e levantaremos as observações dos pesquisadores a respeito das formas de comunicação da criança pequena, que está além das palavras e pode ser compreendida e identificada por meio do olhar atento da professora. Quando falamos da **Interação – instituição x família** iremos analisar a inserção do bebê e da criança pequena na creche, e como se dá essa transição onde a criança passa a ter outros adultos de referência além dos familiares e ainda, como deve ser o relacionamento entre a família da criança e a instituição de educação infantil. Ao discorrer sobre o **Papel da educadora** iremos apresentar segundo o ponto de vista dos pesquisadores as ações pertinentes a essa profissional, que compreende o educar e o cuidar como atividades indissociáveis e objetivam o bem-estar da criança. Ao apresentar as considerações dos pesquisadores acerca da **Organização dos tempos e espaços** estaremos tratando sobre a distribuição de móveis, salas e artigos de decoração das instituições de educação infantil, os brinquedos e atividades ofertadas aos bebês e às crianças pequenas, bem como a quantidade de tempo que é destinada para cada atividade. Por último estaremos explanando as concepções dos pesquisadores a respeito das atividades que contribuem para a **Promoção da autonomia dos bebês e das crianças pequenas**, e como a instituição de educação infantil e as professoras podem fornecer experiências significativas para a criança desenvolver-se plenamente.

4.1 A criança e suas manifestações

Antes de iniciarmos a discussão acerca das manifestações da criança, precisamos compreender um pouco da concepção de criança que atualmente tem sido apreendida. Tristão (2004) ressalta que o pensamento ocidental a respeito de bebês e crianças pequenas que ainda predomina, os compreende como seres que se desenvolvem de uma maneira pré-determinada, seguindo uma sequência de estágios imutáveis e universais. Essa concepção estabelece estágios ideais de desenvolvimento e uniformiza a visão de criança como um grupo homogêneo, sem levar em consideração a diversidade que as acompanha.

> A partir de uma necessidade de controle trazida pela modernidade, a cultura ocidental alicerçou-se nos domínios do conhecimento científico, que construiu uma representação de infância “normal” e “padrão”. (TRISTÃO, 2004, p. 107).

A autora também traz reflexões sobre a concepção de criança obtida pela ciência da Psicologia do Desenvolvimento, onde são idealizados os tempos corretos em que determinadas atividades devem ser desenvolvidas pelas crianças (como sentar, falar, ficar de gatinho por exemplo); estudos sobre o egocentrismo infantil em seus primeiros anos de vida (o que impossibilitaria a socialização entre pares e as experiências de troca caso fosse aceito pelas profissionais responsáveis pelo cuidar e educar das crianças pequenas) e fala também sobre as ações mecânicas, realizadas sem reflexão nem consideração acerca da diversidade de cada um dos pequenos. Coutinho (2002) aborda também a existência de estudos relacionados à infância em diversas ciências, e defende que os saberes devem interagir, de maneira a unificar a compreensão sobre esse tema:

> As infâncias possuem os seus saberes. Saberes que são de interesse da Pedagogia, da Antropologia, da Sociologia, da História e da Psicologia, só para citar as áreas que estão vinculadas de forma mais direta ao debate da sua condição e vivência social. Essas áreas, que estudam a infância sob diferentes prismas, precisam se articular, conversar entre si, para que as crianças que essas infâncias contemplam sejam entendidas na sua totalidade e não de forma fragmentada. (COUTINHO, 2002, p. 42).

Quando se generaliza as questões da infância e padroniza os estágios da criança, deixa-se então de levar em consideração sua inteireza, sua multiplicidade e sua singularidade. Ao falarmos de crianças, mesmo as bem pequenas, precisamos

levar em consideração que são seres inteiros, com preferências, costumes, também carregam sua motricidade, seu emocional, são pertencentes a uma determinada classe social, inseridas em uma determinada região e cultura, conforme nos mostra Gobatto (2011):

> Permitir, incentivar e valorizar as ações e relações dos bebês e das crianças pequenas é condição para que os estabelecimentos educacionais sejam espaços favorecedores da produção das culturas infantis, de processos de interação e de inserção das crianças nas práticas sociais e linguagens de sua cultura. (p. 50).

O reconhecimento da heterogeneidade das crianças e a valorização das suas diferenças, bem como o respeito por quem são serão os determinantes das ações docentes.

> Ao discutirmos que as crianças devem ser atendidas em sua totalidade, em todas as dimensões que a constituem, estamos buscando uma compreensão mais integral do ser humano. Esta visão necessariamente deve ser estendida para a compreensão do trabalho das professoras. (TRISTÃO, 2004 p. 168).

Apenas a partir do conhecimento do outro é que se pode obter uma relação. Ao buscar compreender a criança em sua individualidade e não tentar encaixá-la num padrão pré-concebido, está se demonstrando respeito por quem ela é, bem como, consequentemente se buscará ações que contemplem sua diversidade, aproximando-a e fornecendo a ela segurança e bem-estar, afinal “a infância vivida por diferentes crianças é heterogênea, ainda que se encontre no interior de uma mesma sociedade.” (COUTINHO, 2002 p. 108).

Ao buscar identificar estas diferenças é ideal que se busque também compreender o todo que envolve cada uma dessas crianças. A criança sendo uma pessoa completa em suas múltiplas dimensões, além dos aspectos físico, emocional e cognitivo também carrega em si aspectos culturais e sociais, sendo “coprodutoras de cultura em interface com os adultos”. (GOBATTO, 2011. P 48).

> [...] reconhecer as crianças como construtoras de cultura significa reconhecer também a sua capacidade de produção simbólica e suas diversas linguagens, pois mesmo as pequenas tem muitas manifestações e representações expressas por outras linguagens que não a verbal. (GOBATTO, 2011. p. 48 e 49).

Esse entendimento é essencial para que se compreenda a constituição dos

sujeitos da educação infantil pois a partir da concepção apreendida é que se pensarão práticas a serem vividas, e essas práticas devem contemplar toda essa multiplicidade. Se o profissional da educação infantil não consegue compreender a criança em sua totalidade – ou vê só corpo ou vê só intelecto – acaba comprometendo a qualidade da educação que essa criança irá vivenciar, pois essa será dada de maneira fragmentada, até mesmo porque para que hajam experiências de troca é necessário que exista compromisso mútuo, confiança e afeto.

> O cuidado como ética envolve nova postura na forma do adulto olhar para as expressões, interesses e manifestações das crianças pequenas. Reconhecer essas especificidades e acolhê-las instaura uma relação propositiva que reorienta a prática, na qual importa, mais do que fazer para os bebês, tomar como horizonte fazer junto, com eles, ampliar suas possibilidades e potencializar interações que visem o reconhecimento de si e do outro. (MATTOS, 2013 p. 57).

O grande passo para realizar um trabalho de qualidade com as crianças está em redirecionar o olhar, compreender para que e para quem essas ações estão sendo realizadas, planejadas, oferecidas. Ao dedicar tempo considerando os questionamentos e os interesses das crianças, a professora compreende aquilo que é importante para elas naquele momento, o que é relevante e lhes atribui experiências significativas. Para Mattos (2013) essa mudança de olhar significa elevar o cuidar a um estado mais relacional e menos mecânico, que envolve diálogo e relações corporais pautadas no afeto, que transmite confiança às crianças. Pequenas ações de observação atenta da professora, pode capacitá-la para que veja além do que a criança mostra e ouça aquilo que a criança ainda não falou.

> A possibilidade da criação da linguagem e subjetividade não se dá no ponto de partida, na primeira manifestação de cada palavra ou expressão, mas acontece no processo de experiência com corpo, a palavra e também com os objetos. (GUIMARÃES, 2008, p. 192).

A observação é a base para as futuras ações da profissional. Observar a criança e o contexto social em que está inserida também permite que se analise e reflita sobre as ações propostas nas creches, ações muitas vezes homogêneas empregadas sobre grupos heterogêneos.

> O trabalho pedagógico com bebês não se resume a observá-los, mas a observação é base para organizar as ações pedagógicas que tenham como meta o respeito para com cada um, pelas suas singularidades, pelos sinais

> comunicativos que emitem. Conhecendo cada um dos pequenininhos haverá mais elementos para estruturar a prática. (TRISTÃO, 2004 p. 118).

É comum quando as crianças são muito pequenas, os adultos considerarem desnecessário o diálogo, a ação antecipadamente informada, as canções, mas tudo isso é importante à criança, que a seu modo irá corresponder contribuindo para o fortalecimento dessa comunicação. Mattos (2013) afirma que “cantar, dançar, conversar, perguntar, responder, apontar, falar e escutar são práticas que fundam o diálogo e permitem às crianças inserirem-se na corrente da comunicação da vida social.” (p. 77). Por esse motivo, é importante que a professora esteja comprometida intimamente em fornecer o bem-estar para estas crianças, esteja disposta a ouvir quando falarem, embora as formas de se comunicar ainda não sejam claras mas possíveis de identificar por meio da observação atenta. Guimarães (2008) afirma que “a produção de linguagem da criança apresenta-se como continuidade de algo que brotou antes, provocando ressonância nas produções posteriores, conectada no coletivo.” (p. 191). Essa relação só se dá através de contato, de tempo, de observação, de momentos vivenciados que possibilitem confiança da criança para o adulto, que a respeite e traga satisfação a ela, caso contrário se estará impedindo a criança de viver em sua infância experiências de troca e sensações prazerosas.

> Propõem-se uma Pedagogia da Educação Infantil e da Infância que se constitua através do toque, do olhar, da fala, do choro, do silêncio, do movimento, do descanso, das interações, entre tantas possibilidades que se apresentam no cuidado-e-educação de sujeitos que somos. Sujeitos históricos, culturais, cognitivos, sociais, políticos, que, para além de um coletivo, possuem uma individualidade, e aí se faz o desafio: garantir a diversidade, a pluralidade em instituições que historicamente primam pelo homogêneo. (COUTINHO, 2002, p. 101).

É bem verdade que muitas vezes a rotina rígida da creche não permite à professora uma relação individual e exclusiva com todas as crianças, nos diferentes momentos em que passam juntos, muitas vezes o tempo determinado para certas atividades também não dá espaço para uma atenta observação e reflexão do que está acontecendo, por este motivo ambas as pesquisadoras aqui referenciadas Tristão (2004) e Coutinho (2002) consideram importante a prática de registro para uma posterior análise e avalição do que vem sendo realizado. Tanto o registro como a documentação são muito importantes, pois nesses registros poderão ser percebidos os anseios das crianças, suas respostas mesmo que não ditas em palavras, suas vontades, etc. O registro pode ser feito escrito, por fotografia, vídeo

ou outros recursos sendo ferramenta para um melhor planejamento, possibilitando a professora enxergar além do que sua memória pode lembrar.

> Para partir dos indicativos das crianças, das suas ações para compreender o que elas recriam, ressignificam, reproduzem, criam e manifestam na relação entre os pares, há que levar em consideração que observar as crianças, não significa que serão consideradas apenas as suas ações, mas sim que mediante a totalidade de suas expressões serão tecidas as relações necessárias para conhecê-las. (COUTINHO, 2002, p. 12).

Embora crianças bem pequenininhas não utilizem ainda a linguagem verbal para se comunicar, elas o fazem de inúmeras outras maneiras: seu choro diz que algo a incomoda, seu riso traduz sua satisfação, em alguns de seus balbucios são colocadas suas ideias, opiniões, em outros seus protestos, conforme aponta Guimarães (2008, p. 198) relata através de sua experiência com os bebês que:

> Em muitos momentos, os gestos, olhares, trocas de objetos apareciam como formas de contato e comunicação entre as crianças e delas com os adultos; algumas vezes eram nomeados e reconhecidos como modos de expressão e linguagem das crianças.

Como já falamos anteriormente, a observação é o ponto inicial para que se conheça mais sobre quem a criança é e, consequentemente, reconhecer suas maneiras de se expressar. “As profissionais que trabalham com bebês nas instituições de educação infantil devem alfabetizar-se nas diferentes linguagens das crianças pequenas, buscando entendê-las e, de certo modo, ouvi-las”. (TRISTÃO, 2004 p. 116).

É a partir das ações do adulto, responsável por seu cuidado, que a criança vai reconhecendo sua identidade social, e, a partir do espaço de fala e manifestação é que ela compreende-se como parte participativa e encontra seu lugar na sociedade.

> Como desdobramento de sua imersão nas práticas culturais as crianças, por meio de movimentos e expressões típicos do comportamento infantil, vão constituindo alicerces de compreensão do mundo nas diferentes relações que estabelecem, onde brincadeiras, gestos, expressões vão constituindo um ser social e cultural. (MATTOS, 2013, p. 98).

Se a criança é compreendida, atendida, valorizada, tem conhecimento sobre as ações que são realizadas com seu corpo, é comunicada do que ocorre ao seu redor, é reconhecida como um ser humano completo e capaz está sendo ensinada que é importante, que faz parte de um grupo, que sua voz tem valor e que é

detentora de direitos.

> Virar uma criança, colocá-la mais perto do grupo, perceber seus sinais corporais, prestar atenção na temperatura ambiente para deixá-la com uma roupa confortável, cobri-la em um dia de frio e outras tantas ações podem fazer a diferença entre a atenção, característica de uma prática humanizadora, plena de significados e o descaso, característico das práticas desumanizadoras, para cada um daqueles meninos e meninas. (TRISTÃO, 2004, p. 134-135).

Muitas vezes, práticas humanizadoras só serão recebidas pelas crianças no contexto da creche, esta é uma realidade cruel mas infelizmente concreta para muitas crianças. Coutinho (2002) afirma que até mesmo no brincar com as crianças pode-se conhecer seus desejos, ideias e sentimentos, bem como compreender melhor o significado da brincadeira no seu cotidiano. Em muitas brincadeiras as crianças reproduzem as ações que apreendem dos adultos, mas ressignificam-as à sua maneira.

> O desafio principal da atualidade é encontrar e assumir as especificidades de expressão das crianças pequenas, para desenvolver um trabalho que parta delas (...) ao mesmo tempo que se compreende a continuidade entre creche e escola, espaços de experiências com as crianças, seus corpos, sua linguagem, e diferentes modos de comunicação. (GUIMARÃES, 2008. p. 183).

A partir desta relação com seus pares e adultos de referência ela vai desenvolvendo suas relações sociais, adquirindo e transmitindo cultura, visto que “as relações educativo-pedagógicas são em si sociais e culturais”. (COUTINHO, 2002, p. 105).

Devemos levar em consideração então que a alteridade das crianças pequenas também deve ser contemplada nos aspectos sociais, pois desde bem pequenas são capazes de estabelecer relacionamentos, e diferente do que defendem algumas pesquisas científicas “as crianças reais não são egocêntricas como mostram os manuais de desenvolvimento, elas podem relacionar-se com coetâneos e, mais que isso, podem reconhecê-los como representantes da espécie humana”. (TRISTÃO, 2004, p. 141).

Sendo a instituição de educação infantil um espaço onde a criança se desenvolve em todos os seus aspectos, fica claro a grande contribuição desse espaço nos processos de socialização da criança, pois é na creche que a criança amplia seu círculo social para além dos familiares, e esses relacionamentos se estabelecem a partir da comunicação, seja ela verbal ou não. Tendo a criança

diversas linguagens, cabe a professora, por meio da convivência e da atenta reflexão compreender a “fala” dessas crianças – que pode se dar por meio do choro, do resmungar, das palavras ou dos movimentos – e estabelecer com elas diálogo e compromisso.

4.2 Interação – Instituição x Família

As crianças passam a frequentar a escola cada vez mais cedo, sendo inseridas no universo escolar, em instituições de educação infantil, onde, concomitantemente com a socialização familiar, começam o processo de socialização com outras crianças e adultos, criando então um processo de confiança na professora, o que faz com que a criança se desprenda da família, aprendendo a confiar em outros adultos, dando-se então o processo de escolarização.

Por muito tempo a creche foi compreendida como um direito das famílias, que ao necessitarem ausentar-se de seus lares para cumprir suas obrigações com o mercado de trabalho precisavam de um local para que seus filhos pudessem ser cuidados e assistidos. Isso acabou marginalizando a concepção apreendida sobre a relevância da creche sobre o desenvolvimento do bebê e da criança pequena. Com o passar dos anos as instituições de educação infantil passaram a ser compreendidas em sua singularidade e reconhecida no seu trabalho para e com as crianças.

> Se, durante longo período, as creches estiveram, prioritariamente, destinadas à guarda e tutela das crianças, é possível observar que, movimentos diversos da sociedade civil, envolvidos com as discussões em torno da educação das crianças pequenas, abriram espaço para reorganizar a instituição para um trabalho com as crianças, que rompesse com a ideia de falta e considerasse o desenvolvimento infantil em sua integralidade e especificidade. (MATTOS, 2013 p. 52).

Hoje, por ser considerado um direito da criança já se tem a compreensão de quão importante e relevante é para o seu desenvolvimento essa oportunidade de socialização, contato e troca com outras pessoas além do convívio familiar, pois o processo educativo e de inserção social já começa na tenra idade. Fochi (2013) ressalta que as instituições de Educação Infantil vêm representando diversas funções para a sociedade atualmente, por ser um “espaço de cuidado, de

socialização, de aprendizagem e de educação" (p. 20). Isso é resultado de uma sociedade que tem se voltado para as necessidades das crianças que vivem em ambientes coletivos.

> A experiência do cuidado na creche implica na reflexão acerca da relação entre a instituição e as famílias, entre o papel das profissionais do cuidado e os pais, as figuras de referência das crianças. Trata-se de assumir que o foco do trabalho na creche, principalmente no berçário, não é só o bebê, mas a família. (...) Isso implica em um trabalho de escuta e abertura dos profissionais em relação às famílias (e às crianças), e vice-versa, na perspectiva de tornarem-se parceiros e não antagonistas. (GUIMARÃES, 2008. p. 159).

Como já sabemos, mesmo com todos os avanços, a educação voltada às crianças bem pequenas ainda carrega em si traços que a demarcam como espaço voltado ao assistencialismo e ainda não se tem a clareza de que os "ambientes coletivos podem ser locais de aprendizado, de convivência, de experiência, de trocas". (TRISTÃO, 2004, p. 180). Desta maneira compreendemos que:

> A noção, difundida socialmente, de que meninos e meninas pequenas não são seres sociais, faz com que algumas instituições de educação infantil assumam a função de substitutas da mãe, garantindo um lugar para que as crianças sejam apenas bem assistidas, em uma perspectiva de que as professoras devem ser boas "mães" para os pequenininhos, transformando a creche em uma reprodução do ambiente doméstico. (TRISTÃO, 2004 p.98).

Por este motivo, conclui-se que o trabalho realizado nos berçários é muito similar ao trabalho realizado por uma mãe que tem a oportunidade de ficar com seu filho em casa, com a diferença de que na creche este cuidado e atenção serão fragmentados, por se tratar de dois ou três adultos por sala com mais de dez crianças e a mãe muitas vezes em casa, terá tempo exclusivo para seu filho, sem precisar que este espere ou chore para receber o que deseja. Este pensamento ainda faz com que muitas famílias se recusem a oferecer a seus filhos a experiência de frequentar instituições educacionais coletivas não compreendendo que educar e cuidar estão profundamente interligados e que através do cuidado a criança aprende, ao se relacionar com seus pares vai desenvolvendo seu potencial social e ao interagir com outros adultos – além dos que a criança já tem como referência familiar – ela cria vínculos importantes para seu desenvolvimento integral, conforme aponta Guimarães (2008) "Não é possível educar sem cuidar não só no contexto do trabalho com as crianças pequenas, mas em qualquer espaço de formação

humana.” (p. 49). Esta concepção da educação dos pequenininhos não é exclusiva apenas a família destas crianças, Tristão (2004) diz que não é incomum as pessoas sentirem pena daqueles que frequentam a creche com tenra idade, e que esse sentimento é compartilhado até por alguns profissionais da educação infantil.

> Considera-se que o bem estar e a segurança das crianças estão atrelados ao bem estar e à segurança das famílias nos novos relacionamentos. À medida que a relação (especialmente) da mãe com o bebê pequeno é intensa, profunda e exclusiva (particularmente logo após o nascimento), quando um bebê ingressa na creche, é esperado que os adultos estejam envolvidos para que essa criança se sinta íntegra e confiante, mesmo na ausência da mãe. As profissionais da creche emprenham-se em observar padrões de relação dos pais com os bebês, construir proximidade com as famílias, fazendo dessas ações uma oportunidade profissional significativa. (GUIMARÃES, 2008. P. 159).

Um dos maiores desafios a serem vencidos para o reconhecimento da educação infantil é as atribuições docentes para a atuação nessa faixa etária, pois como aponta Guimarães (2008) as professoras não são mães das crianças, mas pela convivência diária, estas criam vínculo afetivo forte com os bebês, pois “a sutileza e maternagem, a dimensão afetiva e relacional do trabalho são qualidades no movimento de qualificação das profissionais do cuidado nas creches.” (p. 158).

Por serem responsáveis pelo primeiro contato destas crianças com instituições de ensino é necessário que haja contato destas profissionais com as famílias destes pequeninos, de maneira a conhecê-los, se inteirar de quem são, de onde vêm, em que costumes, cultura e contexto social estão inseridos a fim de realizar um trabalho de qualidade, que não só contemple as especificidades da pouca idade – embora os considere como seres integrais e competentes – mas que também respeite o espaço familiar, transmitindo confiança e estabelecendo parceria:

> Parece-me que a possibilidade de perceber o extraordinário, o excepcional, no trabalho pedagógico com bebês e crianças pequenininhas, parte das ações sutis que caracterizam a docência com esta faixa-etária, que deve estar marcada pela promoção de relacionamentos intensos (entre crianças, entre crianças e adultos, entre crianças e espaço, entre crianças e cultura, entre adultos, entre instituição e famílias...), prazerosos, mas também de confronto – que também trazem consigo a possibilidade de trocas e de não consenso -, pelos olhares atentos definidos pela curiosidade, pelo espanto, pelo questionamento, pela humildade do não saber e não predizer, pela possibilidade da descoberta conjunta, da experiência compartilhada. (TRISTÃO, 2004 p.151).

A relação de confiança mútua entre criança, instituição e família só é possível

a partir do engajamento de todas as partes. A escola tem uma função social e a instituição de educação infantil não está isenta desta responsabilidade. A criança precisa sentir-se confortável nesse novo ambiente e instigada a novas descobertas, precisa estar recebendo a oportunidade de participar, de experienciar e de se apropriar do espaço e das pessoas que estão a sua volta. O sentimento de pertencimento favorece o estabelecimento de confiança e de motivação, desperta a vontade de estar ali.

> A imaginação, a criação, a vida cultural e social não operam por etapas. A entrada na corrente da vida é dinâmica, é plural, e, nas relações estabelecidas, as crianças integram-se, propõem, recusam, afirmam, recriam os processos culturais dos quais participam. Quanto mais diversificadas forem as experiências das crianças com elementos da cultura mais possibilidades de apropriação e recriação. (MATTOS, 2013 p. 101).

Os bebês de 0 a 3 anos são dotados de um corpo onde afeto, intelecto e motricidade estão profundamente conectados, cada bebê tem uma forma de ser e de se comunicar e dessa forma, a escola deve estabelecer uma relação efetiva com as famílias, pois cada uma tem um modo de cuidar, alimentar, higienizar e a escola oferecendo práticas de vida coletiva, deve estar atenta e não descuidar das particularidades de cada bebê e sua família.

> Nos horários de entrada, a porta faz a fronteira entre a casa e a instituição. A entrada (assim como a saída) é um momento em que é possível ver mais das crianças, pelos seus pais. A forma através da qual cuidam dos seus filhos e interessam-se por eles; a preocupação; as recomendações, o olhar de ternura, ao mesmo tempo o olhar de alívio ao deixar o bebê. (GUIMARÃES, 2008. P. 161).

O momento de inserção – que é quando as crianças estão sendo inseridas no espaço da creche – é um delicado momento de separação da família, que deve confiar seu bem mais precioso a um outro adulto, e também uma quebra de rotina para a criança, uma mudança de hábitos a que estava começando a se acostumar. A professora da escola infantil deve estar atenta ao processo de inserção dos bebês na vida escolar, tendo sempre como primeiro foco a criação de estratégias para minimizar o trauma da separação do bebê com sua família.

Este momento deve contar com a sutileza da professora, que deve compreender como é difícil e desafiador para ambos, pois se trata de um relacionamento que acabou de se estabelecer – o de família e criança, uma rotina

que é recente e um relacionamento também novo. Possibilitar livre acesso das famílias nos espaços aonde a criança está sendo inserida, não apenas nos dias determinados para a integração, mas sempre que houver desejo e/ou necessidade, é um bom caminho para que se estabeleça confiança entre família e instituição, transmitindo segurança das ações a serem realizadas.

> Para conhecer cada uma dessas crianças é essencial que a creche e as suas profissionais estabeleçam parcerias com as famílias. O primeiro ponto para que essa relação se estabeleça está calcado no respeito pelas particularidades de cada comunidade e de cada modelo familiar – não podemos achar que famílias nucleares, compostas por pai, mãe e filhos, sejam únicas e ideais. Há diversos arranjos familiares que devem ser conhecidos, reconhecidos e respeitados pelas professoras e instituições de educação, de forma que os familiares sintam-se bem-vindos à creche ou à pré-escola da sua menina ou menino. (TRISTÃO, 2004 p. 181).

A escola infantil deve ser aberta às famílias e comunidade, sendo lugar de garantia de bem-estar e foco total na criança, pois acolher uma criança exige atenção, competência e sensibilidade com os bebês e, suas famílias podem auxiliar a professora, compartilhando experiências e trazendo para dentro da escola elementos comuns da vida de seus bebês.

Quando há uma interação contínua entre a família da criança e as professoras a adaptação se torna mais fácil, os conflitos são resolvidos juntos e em casos de dificuldade nesse processo é maior a probabilidade de que o problema seja resolvido rapidamente e de forma efetiva, favorecendo todos os envolvidos, mas principalmente a criança. O ambiente familiar e escolar são parte constante do universo das crianças e, por isso, é imprescindível que família e professores sistematizem um processo educacional conjunto.

O espaço de educação infantil deve estar comprometido com a promoção do bem-estar da criança pequena e desta maneira passar às famílias a certeza de que seus bebês estão sendo bem cuidados, educados, desenvolvidos em suas potencialidades de uma maneira diferente, mas tão importante quanto aquela realizada pela família, pois é necessário também que haja essa clareza, que como já mencionamos, embora algumas ações sejam semelhantes às domésticas, o que é realizado nas instituições de ensino não tem a finalidade de substituir o papel materno, pelo contrário, são ações pedagógicas que contemplam a criança em sua totalidade e multiplicidade.

> Conhecer as potencialidades dessas crianças tão pequenas, para além de

> uma visão que as resume a períodos de desenvolvimento, contando com o conhecimento das professoras que trabalham com esta faixa-etária, estas entendidas como possuidoras de uma função bem diferente de substitutas maternas – como parceiras de infâncias ricas em possibilidades – determinam a busca da constituição efetiva da Pedagogia da Infância. (TRISTÃO, 2004 p. 132).

Nesta perspectiva busca-se promover uma relação de cooperação mútua entre família e instituição, pois objetivam um bem comum: o pleno desenvolvimento da criança.

> Pensar que a criança que chegará à instituição educativa vai ser acolhida pelas profissionais, vai poder expressar-se de diferentes maneiras, vai poder trazer para o ambiente da creche as suas marcas culturais, implica um movimento da creche e das professoras em aproximar-se das famílias, contando com a parceria delas e dividindo com elas as experiências da criança na instituição de educação coletiva. (TRISTÃO, 2004 p. 129-130).

Para que a família se sinta parte do que se realiza dentro da creche ela precisa estar informada dos acontecimentos e programações, bem como atividades e ações dos pequenos. Em ambas as pesquisas aqui referenciadas Tristão (2004) e Coutinho (2002) falam sobre o caderninho aonde se descreve o dia do bebê e suas realizações, a fim de inteirar a família dos processos diários pelos quais a criança passa. Ambas as pesquisadoras levantam inquietações acerca do que é descrito nestes diários, ou melhor, o que não é descrito:

> O trabalho com bebês “não aparece” dentro da creche, as crianças não “produzem” concretamente nada. Grande parte do tempo em um berçário é dedicado às atividades rotineiras, de chegada, de alimentação, de troca, de banho e de descanso, que, com frequência, não recebem a atenção das professoras, não sendo assim refletidas e avaliadas. (TRISTÃO, 2004 p. 140).

As ações de cuidado com o corpo não aparecem descritas nestes diários, por serem consideradas como parte da rotina da creche. Por serem apreendidas como “rotineiras” muitas vezes ocorrem sem uma reflexão das suas possibilidades de fazer diferente nem uma avaliação sobre como a criança responde a estas ações. Em diversas situações percebidas pelas pesquisadoras as crianças usufruíam deste tempo de cuidado para explorar seu corpo, se comunicar com as professoras, brincar, enfim, criar experiências significativas para elas em que aprendiam algo novo sobre si, sobre o espaço e/ou sobre o outro. Essas situações nunca eram descritas no diário. É importante que haja valorização destas ações, pois são determinantes também do que se atribui à educação infantil, não devem ser

menosprezadas nem vistas como inferiores às ações vistas como pedagógicas.

> Os bebês são ativos: iniciam ações, procuram o outro através do olhar, do gesto, do toque, do choro; interessam-se pelo mundo desde o seu nascimento. Estar ciente disso abre outras possibilidades para uma imagem de bebê e criança pequena que os vê como capazes e potentes e não mais como seres isolados e egocêntricos. (GOBATTO, 2011. P. 43).

Tristão (2004) afirma que o processo educativo está intimamente ligado à inserção do ser humano, nas diferentes fases da sua vida, na cultura. O cuidado com o corpo faz parte da cultura do ser humano tanto quanto os processos emocionais, sociais e cognitivos, pois todos precisamos ser contemplados em nossa totalidade, não somos, nem mesmo as crianças bem pequenininhas, seres fragmentados mas inteiros, capazes e competentes. “Essa compreensão amplia as possibilidades do trabalho pedagógico com o berçário”. (TRISTÃO, 2004 p. 181).

Fotografar, filmar e registrar de forma escrita os acontecimentos da creche constituem a história daquela instituição. Segundo Fochi (2013, p. 34):

> Registrar as experiências das crianças na escola possibilita dar sentido às ideias e formas de pensar dos meninos e meninas [...] nasce da observação, gera novas observações e, consequentemente, retroalimenta novos modos de continuar o trabalho.

Esses registros trazem à família das crianças mais segurança, por se sentirem inteirados do que acontece dentro da creche. Uma parede com as produções das crianças, que fique visível aos familiares, um mural de fotos mostrando as interações entre as crianças, as propostas de práticas a serem implementadas disponíveis para conhecimento da comunidade, reuniões que contemplem a presença de familiares para melhoria de ações e práticas, tudo isso contribui para o fortalecimento das relações de confiança e troca e ainda, mostra que a instituição valoriza esse compartilhar de ideias e dá voz para aqueles que embora não façam parte do quadro docente, são parte da comunidade educacional e podem sim, muito contribuir para uma constante melhoria destes espaços.

> Uma educação voltada para emancipação necessita construir relações significativas e intensas para todas as pessoas que compõem aquela determinada comunidade educacional. Esses relacionamentos engendram um comprometimento com o outro, com a solidariedade, com a ajuda mútua, com a convivência fraterna, com a vida em sociedade. (TRISTÃO, 2004, pp. 182-183).

O trabalho realizado dentro da instituição de educação infantil não é então, próprio apenas da escola ou só das crianças ou ainda somente pertencente da comunidade, mas sim a interação desses grupos que dá sentido e cor às atribuições da creche, seu significado e suas especificidades. É a complexidade do todo, que inclui os agentes internos e externos que fazem da creche quem ela é, e isso só é possível quando esse processo é construído sob os pilares da cooperação, da confiança e do respeito.

4.3 Papel da professora

Para iniciarmos nossa abordagem sobre o papel da professora no contexto das creches, primeiramente consideramos importante explicitar sobre quem estamos nos referindo. Ao falar das professoras estamos direcionando nosso discurso às profissionais, nem sempre formadas em pedagogia, que atuam na faixa etária de zero aos três anos e são em sua maioria mulheres – bem como observamos no decorrer da nossa formação, seja nas classes, seja nos campos de estágio. Compreendemos também que o curso de pedagogia embora seja amplo e aborde as diferentes faces desta profissão, acaba por preparar pouco a profissional que se propõe a atuar com as crianças bem pequenas. São poucas as disciplinas que apresentam metodologias de ensino voltadas para as creches, poucas as vivências em campos de estágio que permitam um contato com a realidade das creches e poucas reflexões acerca dos saberes e fazeres dos bebês, para os bebês, com os bebês.

> Visto que a formação de base das professoras que trabalham com as crianças pequenininhas muitas vezes, não contempla as especificidades da faixa-etária, torna-se essencial que as instituições de educação infantil centrem esforços na formação em serviço dessas profissionais. (TRISTÃO, 2004, p. 97).

Ainda que no currículo do curso de pedagogia a educação das crianças pequenas seja trabalhada em muitas realidades apenas de maneira pontual, é importante que possamos contar com matérias além do currículo que abordem esse tema, como também cursos oferecidos ou apoiados pelas próprias instituições que procurem reparar essa carência. Essa necessidade de preparo da profissional perpassa os limites das “ações pedagógicas” que a profissional deve tomar em

relação aos pequenininhos, mas abrange a compreensão de criança, infância, direitos, educação e cuidado como um todo, que não deve ser fragmentado, pois segundo Fochi (2013) a ação educativa não é transmissão de conteúdos e sim, escuta da criança.

> Ao falar na importância da formação das professoras da educação infantil é importante ressaltar que nesses cursos deve ser garantido que essas mulheres possam refletir sobre os princípios que embasam a educação de crianças pequenas, sobre a concepção de criança que estrutura a prática, sobre o papel profissional da professora, ou seja, elementos que vão além da sugestão de um receituário de atividades "adequadas" para serem feitas com bebês e crianças. (TRISTÃO, 2004, p. 97).

A entrada na escola é uma das fases mais importantes na vida de uma criança, afinal, é nesse espaço que alguns traços de personalidade são construídos, além disso o ambiente escolar é um local de potencial enorme para a socialização da criança, que começa a ampliar sua rede de relações. Isso acontece primeiramente com a ajuda da professora, que é o mediadora nesse processo. Desta maneira, as instituições de educação infantil devem ter profissionais qualificados para trabalhar com uma faixa etária tão delicada, atuando sempre de maneira produtiva, organizada, criativa, carinhosa, ativa e com muita responsabilidade, tendo sempre como premissa o cuidado em planejar práticas que acrescem ao desenvolvimento dos bebês, que estão no processo de formação da personalidade e construção da identidade. Fochi (2013) aponta que nessa faixa etária, o trabalho deve ser voltado "para os processos de como as crianças se relacionam consigo mesmas, com as outras crianças, com os adultos e com o mundo". (p. 32).

Mattos (2013) diz que "o trabalho na creche, envolve nuances e perspectivas que demarcam uma linha, uma fronteira tênue entre o que podem e necessitam as crianças e o que os adultos organizam e oferecem a elas." (p. 59) Assim, a compreensão que uma professora carrega sobre as especificidades da criança, sua capacidade autônoma ou dependência, sua personalidade, seu local social, todas essas características, dependendo da forma como são concebidas pela profissional vão determinando cada uma de suas ações. Por isso é necessário um olhar diferenciado para a formação dessas profissionais, um preparo específico, de maneira a organizar o fazer docente sem padronizá-lo, mas sim buscando apreender todas as pequenas ações que os envolvem.

> Estamos falando de uma prática profissional que não está pré-definida, mas que é construída cotidianamente, no convívio com as crianças. Essa prática, pautada na compreensão da alteridade do ser criança, exige reflexão, avaliação das ações docentes. (TRISTÃO, 2004, p. 127).

A partir de uma reflexão crítica e um olhar humanizador da profissional para com as crianças que frequentam a creche vão se moldando culturas e rotinas coerentes, que levam em consideração as necessidades físicas, psicológicas e emocionais das crianças. Longe de caracterizar a educação infantil como um espaço higienista e substituto da família, queremos apontar para as especificidades desta primeira etapa, que é a correlação existente entre educação e cuidado que não deve ser banalizada ou ainda, ser encarada como um termo utópico, meramente teórico. Afinal, “quando muito pequena, a atenção da criança está voltada para a satisfação de seus desejos primários, como dormir, ser alimentada, enfim, para o atendimento às suas necessidades básicas.” (MATTOS, 2013 p. 99). E, a preocupação da creche é fornecer a criança bem-estar, suprir suas exigências, estabelecer uma relação agradável, prazerosa.

Lidamos com crianças inteiras, com corpo, mente e uma história de vida – assim não podemos conceber que a educação infantil seja responsável apenas por um fragmento dessa criança, por este motivo os cuidados com o corpo e as “atividades pedagógicas” devem andar de mãos dadas, pois a creche como uma instituição promotora e mantenedora da vida e a profissional que atua com as crianças pequenas, tem em sua responsabilidade possibilitar bons momentos, com experiências significativas para as crianças, sem esquecer que esta precisa ser limpa, alimentada e cuidada.

Reforçamos o ponto do cuidado quando falamos das atribuições da profissional da educação infantil, pois a busca por descaracterizar a educação infantil e suas práticas do olhar assistencialista acabou removendo o direito da criança do cuidado com o seu corpo, com a sua saúde – principalmente em regiões de vulnerabilidade social, onde muitas vezes a criança não dispõe em sua casa de água para tomar banho nem de roupas limpas para vestir. Desta maneira, as professoras da educação infantil devem ter a sutileza no olhar de perceber esses contextos sociais em que estas crianças estão inseridas.

> Pensando nos bebês que com poucos meses de vida vão para as creches podemos afirmar que esse pode ser um lugar de desenvolvimento pleno, de promoção da vida, mas também pode ser um lugar de educação para a submissão e a conformação. Ao deixar um bebê com as fraldas sujas,

> chorando, sem interações, sem oportunidades de conhecer e explorar o mundo que o rodeia, estamos passando para esse ser humano tão jovem, a ideia de que seus desejos e necessidades não precisam ser atendidos. Estamos ensinando para este bebê a se conformar com situações desconfortáveis, a ser passivo com uma realidade cruel. A cultura que se transmite, nessa situação, está corroborando os estereótipos de que pobre não deve contestar ou que deve se conformar com um ambiente pouco confortável e estimulante, incutindo a ideia de que o atendimento na creche não é mais do que mero favor, portanto, não precisa de qualidade. (TRISTÃO, 2004, p. 105).

Cuidado é visto como atividade não-pedagógica, condição marginalizada nas instituições de Educação Infantil. Tendo em vista, como falamos anteriormente, que muitas dessas crianças podem contar apenas com o espaço da creche para terem seus corpos cuidados e limpos, é responsabilidade da professora respeitar a condição humana da criança, proporcionando a ela bem estar e dando-a condições saudáveis para desenvolver-se. Tristão (2004) diz que o binômio cuidar e educar não é visto como uma unidade, e que na verdade o uso desses dois termos contribuiu para mais uma fragmentação na relação pedagógica com as crianças pequenas.

> Educar e cuidar são ações indissociáveis e complementares no cotidiano da Educação Infantil. Delimitam o que é específico do trabalho com crianças, constituem-se diversas formas de viver estas duas ações de modo segmentado. A ação de educar é compreendida como instruir e transmitir conhecimentos (ensinar as cores, os nomes dos objetos, etc), numa perspectiva de tutela da ação da criança e de sua compreensão do mundo. Cuidar é considerado como atender às demandas de sono, higiene e alimentação, proteger, ou “tomar conta” da criança, numa intenção disciplinadora. Muitas vezes, o cuidado assume uma dimensão higienista, com ênfase na preservação da saúde e no estabelecimento de normas e preceitos para prevenir doenças, garantir o asseio e a limpeza. (GUIMARÃES, 2008, p. 37).

Fica subentendido que a professora que trabalha com crianças pequenas não necessita de muito preparo ou formação, pois suas práticas em muito se assemelham às práticas domésticas, realizadas pelos familiares. Mas essa ideia é extremamente incoerente, visto que as crianças aprendem nas relações, aprendem ao serem cuidadas, aprendem ao serem alimentadas, aprendem sempre, nos diferentes momentos que experienciam. “Cuidar de crianças em ambientes coletivos não é uma atividade simples, mas sim complexa e, como tal, exige preparo e competência profissional” (TRISTÃO, 2004 p. 160). A concepção de práticas higienistas e de cuidado como menos importantes pode-se ver até mesmo no discurso das próprias profissionais, quando estas passam a exercer e planejar as

atividades por elas consideradas educativas e passam para suas assistentes as atividades relacionadas aos cuidados do corpo, muitas vezes sem planejamento nem reflexão sobre essas ações.

> Dessa forma, é preciso conhecer as razões que os mantêm marginalizados em relação ao pedagógico: seria a herança assistencial que não nos permite compreender os cuidados como importantes momentos educativos? Seria a sua proximidade aos fazeres domésticos que os tornam menos nobres? Ou talvez a falta de conhecimentos, por parte das profissionais, sobre como fazer diferente? (COUTINHO, 2002, p. 17).

A denominação professor traz em si uma conotação profissional, que segundo Coutinho (2002) supõe uma relação ensino-aprendizagem: ser professora, genericamente, é ensinar algo. Esta ideia também não traz consigo a questão referente aos cuidados, pois está implícito que cuidar não é tarefa da professora. Mattos (2013) deixa claro, referente a isso, que “a inserção das creches à Educação exige redimensionamento tanto da ideia de cuidado, quanto do que se considera como educacional.” (p. 54).

A marginalização das atividades relacionadas ao cuidado acaba implicando em algo muito sério: a retirada desse direito da criança. Se em situação de vulnerabilidade social essa criança não tem em sua casa condições ou pessoas que exerçam esse cuidado sobre ela e na instituição de educação infantil concebe-se que estas ações não devem ser realizadas pela professora, pois não faz parte das suas obrigações então essa criança passa a ser desassistida, abandonada e recebe informações de que ela não é importante e não precisa de cuidados. Isso é desumanizador e degradante para qualquer ser humano. “É necessário então que se redefina o papel desse profissional, apontando que, apesar de ser professor, ele se diferencia daquele que atua na escola de ensino fundamental” (COUTINHO, 2002, p. 27).

Apesar das práticas de cuidado tomarem o maior tempo das profissionais responsáveis pelas crianças pequenas, suas atribuições não se resumem apenas a isso. Fochi (2013) afirma que os bebês têm capacidade de realizar e empreender suas atividades, portanto, o trabalho do docente deve estar pautado no interesse de observação dos processos de exploração das crianças pequenas a partir delas mesmas, organizando e estruturando tudo o que é necessário para favorecer que a criança explore e descubra.

> A medida que tiramos o cuidado de uma dimensão instrumental, de disciplinarização e controle sobre os corpos (na creche isso significa, por exemplo, dar banho, alimentar, como exigências técnicas e rotineiras, somente), para colocá-lo na esfera da existencialidade, ele contribui na concepção de educação como encontro da criança com o adulto, num sentido de diálogo, abertura e experiência compartilhada. (GUIMARÃES, 2008, pp. 48-49).

À professora cabe pensar como a experiência pedagógica se configura, com a premissa de complementar a educação da família, que é de cuidar e educar. Nessa fase da vida da criança, o trabalho deve ser voltado para os processos de como as crianças se relacionam consigo mesmas, com os colegas, adultos que o cercam e com o mundo.

> [...] a construção da concepção as vezes é marcada pelo trio “comer, dormir e ser trocado” também pelas outras crianças. Mas na medida em que os bebês participam da vida coletiva da creche e estão a realizar outras ações no espaço geral da creche (pintar, jogar, brincar na areia, etc.) essas outras ações também podem passar a pautar as imagens de bebê que as outras pessoas da creche constroem. (GOBATTO, 2011, p. 199).

O universo dos bebês é cheio de possibilidades e a sutileza do olhar docente pode identificar as inúmeras possibilidades de promover experiências significativas às crianças. O espaço onde a criança permanece na creche é organizado pelas professoras, sobre este espaço podemos dizer que:

> Faz parte das atribuições das professoras de educação infantil planejar e organizar o espaço que vai ser utilizado pelas crianças. Um espaço caloroso, seguro, que desperte a imaginação, a criatividade, a cooperação, a solidariedade e a autonomia das crianças é condição para que meninos e meninas vivam sua infância na instituição de educação de forma livre e espontânea. (TRISTÃO, 2004, p. 93)

A maneira como esse espaço é organizado vai determinar como as crianças irão interagir, se elas terão sua identidade reconhecida nesse espaço, se elas terão obstáculos para atravessar que favoreçam seu desenvolvimento, se terão um lugar confortável para dormir propondo-lhes descanso, se terão nas paredes suas produções expostas à altura de seus olhos entre outros detalhes que muito contribuem para seu conforto e sensação de pertencimento àquele lugar, em que permanecerão muitas vezes a maior parte do seu dia. O espaço para a criança pequena deve além de objetivar o bem-estar e uma boa estadia da criança deve também proporcionar contato com diferentes possibilidades de aprendizagens, quais sejam, relacionais, afetivas, cognitivas, expressivas, artísticas, etc.

Cabe à professora proporcionar atividades e vivências que explorem as

capacidades dos bebês e crianças pequenas e que lhes proporcione o bem-estar em um ambiente tão rico e cheio de pluralidade. Para isso, deve haver sempre a promoção de atitudes, estratégias e comportamentos que favoreçam a melhor aceitação e desenvolvimento da criança no ambiente escolar.

> Entende-se como atividade pedagógica e educacional aquela que o adulto propõe à criança, encaminhando a postura correta de sua execução, a disposição corporal adequada, certa conduta: fazer pinturas, preencher o papel com a tinta adequadamente, fazer colagens, colocar objetos dentro e fora de recipientes, repetir gestos iniciados e provocados pelos adultos. (GUIMARÃES, 2008, p. 175).

O papel da professora é muito importante na educação de crianças pequenas, pois ela é uma das mediadoras entre a criança e o conhecimento. É na instituição de educação infantil que a criança vai vivenciar experiências diferentes e descobrir aspectos do mundo em que vive.

> As práticas no interior de creches devem garantir e ampliar o acesso a diferentes manifestações culturais de modo a contemplar as manifestações das crianças pequenas, para as quais corpo, gestos e múltiplas expressões são ações significativas de inserção e atuação nos espaços socioculturais. (MATTOS, 2013, pp. 54-55).

Dessa maneira, a professora deve estar sempre empenhada buscando diferentes modos de trabalhar e aprender sobre o desenvolvimento das crianças, preocupando-se sempre com a forma como elas veem e sentem o mundo e priorizando vivências que criem oportunidades para que elas expressem seus sentimentos, linguagens, criatividade, imaginação e relações.

> Percebemos que a creche considera como importante no seu cotidiano aquilo que se pode reconhecer como conhecimento racional, ou o ato racionalizado; o gesto fabricado (colocar corretamente a mão no pincel, por exemplo), renunciando, muitas vezes, o sentido do corpo das crianças, a emoção, o sentir, como focos do trabalho com bebês. Há espaço para esses sentidos serem vividos, mas há pouco reconhecimento deles como espaços de aprendizagem, crescimento e conquista. (GUIMARÃES, 2008, pp. 181-182).

Ao longo do processo, o papel da professora vai se modificando, pois não há certezas, mas sim oportunidades de observar cada bebê para que ao invés de apenas “aplicar” atividades, ela organize o tempo, espaço, material e organização do grupo para que a intervenção aconteça de maneira não invasiva, respeitando o significado e o tempo dos empreendimentos das crianças.

O olhar refinado da profissional deve se atentar também às suas necessidades sociais. As crianças, desde bem pequenas já mostram a capacidade de se relacionar, de interagir e como todo ser humano, necessitam desse contato para seu desenvolvimento pleno.

> Educar uma criança significa promover um crescimento integral do indivíduo, também desenvolver solidariedade, capacidade de enxergar o outro e tolerância para com outros modos de ser, de modo a ter respeito e responsabilidade para com os demais. (TRISTÃO, 2004, p. 142).

Desta maneira, uma professora atenta aos pequeninos consegue perceber que desde a tenra idade eles já possuem preferências, criam laços e são seres sociáveis. É importante que sejam respeitadas as escolhas das crianças, pois são através de relacionamentos espontâneos que elas se desenvolvem alteridade, adquirem e transmitem cultura, aprendem a respeitar o outro, aprendem a conviver, e, por meio de trocas de conhecimento passam a desenvolver suas habilidades sociais, relacionais, motoras, emocionais, psicológicas, etc.

A professora deve também favorecer às crianças momentos de relações com a natureza, com a cultura, experiências que respondam aos seus anseios, que tenham significado para essas crianças, compreendendo que são seres diferentes, com gostos diferentes, bagagens culturais diferentes. “Esse tipo de experiência só pode ser fomentada no contexto da creche se as professoras aprenderem a conhecer cada uma dessas crianças, seus ritmos e cadências” (TRISTÃO, 2004, p. 183).

A concepção de criança e de infância adotada pela profissional traduz como serão as suas ações em relação aos pequenos. Consequentemente as ações desta profissional irão permitir ou dificultar o processo de aprendizagem das crianças.

> Na atuação com as crianças, podemos perceber o que pensam as professoras sobre aquele grupo. Assim, há diferenças profundas entre as ações de uma professora que concebe a criança como um ser incompleto, daquelas de uma professora que sinceramente acredita nas potencialidades dos seus educandos, na sua alteridade. (TRISTÃO, 2004 p. 117).

As crianças precisam ser compreendidas em sua diversidade, na cultura que carregam e principalmente, em sua capacidade. Uma professora que acredita na competência da criança fornece a ela situações favoráveis para a promoção de sua autonomia, desafia-a explorar seus limites e determinar suas preferências. Segundo Gobatto (2011, p. 48), as crianças precisam ser reconhecidas como atores sociais

ativos,

> Sujeitos que tem voz e vez, cidadãos com perspectivas próprias do entendimento do mundo. Como sujeito social, a criança participa de sua própria socialização ao mesmo tempo em que participa da reprodução e da transformação da sociedade. [...] Por conseguinte, deixam de ser estudadas com vistas apenas a seu tratamento e cuidado pelos adultos e passam a ser conceituadas a partir de seu próprio universo de referência, já que são co-construtoras da infância e da sociedade.

A professora é figura fundamental na vida da criança, atuando diretamente na formação da mesma. A escola é o segundo ambiente socializador em que a criança é inserida, onde a professora pode ajudar a adquirir novos conhecimentos todos os dias e a desenvolver interações, impactando em seu modo de ser e de perceber o mundo.

4.4 Organização dos Tempos e Espaços

A instituição de educação infantil deve oferecer diferentes tipos de experiências para as crianças que ali passam grande parte da sua infância. O espaço da instituição educacional é determinante das relações – um espaço que tem uma infraestrutura adequada a idade, organizado de maneira a receber a criança, respeitando sua diversidade e possibilitando que esta desenvolva sua autonomia e conheça seus limites, ampliando suas vivências e suas interações sociais, é essencial para uma boa inserção e permanência na creche. Fochi (2013) diz que deve haver uma reflexão sobre os espaços onde as crianças e adultos convivem dentro da escola, pois esses espaços “assumem significados particulares em razão tanto daquilo que os diferem de outros espaços como também da natureza que os constitui e de sua função social” (p. 31).

> Podemos perceber a que finalidades a educação infantil procura vincular-se: como espaço de expressão das múltiplas dimensões humanas, de encontro e convívio das diferenças, de reelaboração, ressignificação, apropriação e criação de saberes e como uma etapa da educação que respeita o tempo vivido, no qual o brincar tem uma importância vital, sobretudo em instituições onde há um encontro diário entre os coetâneos. (COUTINHO, 2002, p. 29-30).

Organizar o espaço dentro de uma escola de educação infantil não é uma tarefa fácil, tudo deve ser pensado para as crianças pequenas, pois segundo Fochi

(2013) as crianças são capazes de fazer muito quando estão em local e com materiais adequados, devendo haver chances das “crianças modificarem, interferirem e atuarem sobre os materiais e espaços.” (p. 47). No caso das creches, que atendem bebês, esse cuidado deve ser ainda maior, pois trata-se de um público que está conhecendo um espaço novo, além daquele que é sua casa. Além de ser um espaço aconchegante e acolhedor, ele deve privilegiar as áreas do conhecimento e estimular o interesse dos bebês a explorar esse espaço pensado para ele.

> Os espaços da creche enquanto contextos de vida coletiva precisam atender simultaneamente a singularidade e a pluralidade humana, configurando a escola como contexto onde todos possam estar junto nas suas diferenças. (GOBATTO, 2011, p. 208).

Na organização dos espaços destinados às crianças bem pequenas, muitas vezes busca-se a neutralidade do branco, o espaço central livre de móveis e os objetos disponíveis para manuseio dos bebês quase escassos ou guardados para horários específicos, de maneira a manter a organização e higienização da sala – essa lógica, obviamente adultocêntrica. “Esta inclinação para olhar a infância do ponto de vista adultocêntrico nos afasta cada vez um pouco mais das crianças e nos coloca sempre como foco dessa relação” (COUTINHO, 2002, p. 64). As ações docentes relacionadas às crianças pequenas são definidas a partir da concepção de criança que a professora adota, desta maneira uma sala de creche é organizada de acordo com o que a professora determina por necessidade da criança, que muitas vezes quando direcionada aos bebês resulta em uma ideia de estabelecer um local claro, limpo e aconchegante para que a criança descanse, se alimente e tenha suas necessidades físicas supridas. Pouco se leva em consideração os empreendimentos dos bebês, as brincadeiras e os desafios que estes esperam superar.

> A educação infantil tem um significado particularmente importante quando se fundamenta numa concepção de infância cidadã, vendo a criança como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo na construção do seu conhecimento. (TRISTÃO, 2004, p.113).

Ao pensar sobre o que é oferecido para as crianças, dentro das instituições de educação infantil nós devemos levar em consideração também a formação cultural e acadêmica das professoras – porque o que elas oferecem às crianças não é neutro, são escolhas influenciadas a partir da cultura a que tiveram acesso – e isso também é reflexo da diversidade nos espaços de educação infantil: uma instituição,

muitas crianças, várias famílias e diferentes posturas profissionais.

No entanto, vemos uma constante necessidade de padronização nos espaços escolares, que acabam sendo refletidos também nas práticas realizadas na educação infantil. Horários pré-determinados para o sono, que não levam em consideração se a criança está ou não cansada, horários para a alimentação, mesmo que esta não sinta a necessidade de comer naquele momento, horários pré determinados para brincar, e que muitas vezes se encerra no auge da brincadeira, entre outras condições a que as crianças estão expostas para que se mantenha a ordem da creche. Todas essas pensadas por adultos, para facilitar as ações dos adultos, transmitindo às crianças desde bem pequenas que elas precisam se adequar para chegar ao resultado de criança ideal. A concepção de criança como um ser incompleto e incapaz traduz a prática constante de tentar formar “bons adultos” segundo um padrão já pré instituído, que não permite nem fornece condições da criança viver sua infância, podando cada vez mais cedo sua imaginação e formando-a segundo uma lógica escolarizante e padronizadora. Compreendê-la como diferente, em suas preferências, sua lógica, seu objetivo, já é um primeiro passo para buscar atendê-la em sua singularidade. Afinal, “as diferenças possibilitam o encontro com o outro” (COUTINHO, 2002, p. 125).

> Como é comum nas instituições educacionais, a creche também pré dispõe de horários rígidos e pouco flexíveis em relação às etapas diárias determinadas. Horários para comer, para dormir, para brincar acabam impedindo a diversidade de cada criança ser explorada livremente, sem interrupções em seus empreendimentos. Por vezes “a gramática profunda institucional cerceia as ações das crianças, impondo posturas tidas como necessárias ao estabelecimento da ordem.” (COUTINHO, 2002, p. 74).

É necessário então, um olhar atento das professoras para as reais necessidades das crianças. Embora haja regras e uma rotina estabelecida no contexto da creche, a postura emancipadora da docente pode transformar situações corriqueiras em descobertas e experiências significativas para as crianças. As crianças possuem sua lógica, seu tempo, seus gostos, embora a instituição de educação infantil esteja cercada de proibições e regras pré-estabelecidas, isso não impede que as crianças ressignifiquem este espaço, utilizando sua imaginação para torná-lo parte de suas brincadeiras. Desta maneira podemos perceber o quanto é importante que seja possibilitado à criança esse tipo de vivência, oportunizar acesso a espaços convidativos e estimulantes, são essenciais para seu desenvolvimento,

criação e sensação de pertencimento. Impedir a exploração das crianças nestes espaços é barrar de certa forma seus movimentos criativos e dizer entre linhas que este não é um espaço dela, nem pensado para ela, deixando-a longe da função de coautora de suas experiências.

> Há uma rotina nas creches vivenciada aproximadamente dez horas por dia, cinco vezes na semana. Entretanto, indagamos: o que entra nas brechas? Que diálogos perpassam as relações? Que práticas transformam-se em experiências que fundam relações de conhecimento de si, do outro, da cultura socialmente produzida e partilhada? O que as práticas pedagógicas oportunizam para que as crianças ampliem suas experiências e suas formas de estar no mundo? (MATTOS, 2013, p. 89).

A criança tem o direito de viver sua diferença, de estar diante de uma realidade em que possa se expressar, de conviver com os seus pares estabelecendo relações e de usufruir de todas as riquezas ambientais e culturais disponíveis a ela. Cabe as professoras buscar alternativas e estratégias para que se contemple essa totalidade. Gobatto (2011) afirma que o espaço enriquece muito a rotina com os bebês e amplia os horizontes do planejamento, pois algumas ações acontecem devido à própria composição do espaço. O professor deve explorar diferentes espaços, tratando-se de planejar o que pode ser vivido neles e valorizar as ações e relações que os cenários permitem aos bebês.

> Os espaços dos corredores são também importantes contextos de convívio e de aprendizagens, os quais precisam ser bonitos e agradáveis, se constituindo como lugares onde o grupo de bebês pode estar/ficar e não apenas transitar. [...] Os pátios são cenários que comportam múltiplas oportunidades, possibilitam contato com a natureza e o acompanhamento da vida que acontece além dos muros da escola. [...] Os espaços internos da escola como a biblioteca, a brinquedoteca e o parquinho proporcionam experiências com elementos diferentes: pelo contato com o universo da leitura, ainda que sem as letras; com a brincadeira, desde a exploração de materiais mais complexos e diferentes dos disponíveis na sala aos cantos convidativos à brincadeira simbólica; com experiências sensório-motoras, com brinquedos que envolvem o movimento. (GOBATTO, 2011, pp. 202-203).

A professora deve planejar as atividades que serão realizadas nos espaços internos e externos da escola, priorizando brincadeiras dentro e fora da sala, desafiando-os a movimentar-se. Pendurar tecidos no teto ou criar pequenos obstáculos no chão e paredes da sala de atividades e do solário com diferentes materiais pode estimular os bebês e tornar os ambientes convidativos. Espelhos também são ótimos aliados para a descoberta da identidade e da expressividade.

Outro tema fundamental para a organização na escola infantil é o tempo, pois é ao longo da sua passagem que as experiências passam a ser compartilhadas. Além disso, o tempo tece histórias, oferece a ideia de durabilidade e construção de sentidos.

O uso do tempo sempre foi uma preocupação presente no universo da educação, pois este controla, delimita os movimentos, e define a hora para criança executar toda a rotina escolar, que envolve o momento de higiene, de brincar, comer, dormir, entre outros. Porém, esse tempo por muitas vezes restringe e oprime um bom desenvolvimento da criança.

> [...] cuidar envolve também observar, acompanhar a criança mais do que dirigi-la, compreender seu ritmo (talvez abrir espaço para um horário de alimentação mais estendido, menos corrido, por exemplo), passa a não existir uma discrepância tão grande entre momentos de aceleração e relaxamento. (GUIMARÃES, 2008, p. 207).

Organizar o tempo para as atividades diárias com os bebês pressupõe pensar que a professora está atenta às crianças que brincam e se desenvolvem, devendo estar atento também ao que mais gostam de fazer, que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Essa percepção ajudará a professora a estruturar a relação espaço-tempo.

O uso do tempo requer de cada ser humano uma compreensão das suas necessidades pois ele passa à medida que as pessoas se tornam mais suscetíveis às mudanças e estão mais abertas à novas aprendizagens.

A professora deve trabalhar dentro de sua rotina de forma a valorizar o tempo de cada criança e o tempo que ela está na escola, promovendo momentos de atenção, de troca, de cuidado, além de promover momentos para cantar, ouvir músicas, ler histórias, explorar espaços fora de sala de aula, brincar, assistir filmes, e organizar atividades direcionadas com brinquedos. Todas essas atividades devem ser realizadas a partir de brincadeiras e jogos, que permitam a socialização, a integração entre as crianças e com o meio.

> O tempo dos bebês não é o tempo da sociedade de um modo geral. São os olhares das professoras que estarão dando sentido a tudo o que acontece com as pequenas crianças. Eles podem cair no turbilhão característico da rotina do trabalho diário, tratando-as como um todo homogêneo ou fomentando experiências para os pequenos, percebendo-os como plurais, heterogêneos. (TRISTÃO, 2004, p. 146).

As ações que implicam a educação de crianças pequenas devem contemplar satisfazer o bem-estar destas crianças, respeitar suas diferenças e procurar mantê-las (as crianças) no foco das propostas. É muito comum ver ações que levam em consideração a “facilitação” do trabalho do adulto, ações essas impregnadas de regras e rotinas tão rígidas que tentar homogeneizar algo que é explicitamente heterogêneo – a identidade das crianças. Buscar flexibilizar essa relação seria dar as crianças, primeiramente, a liberdade de escolha: dormir quando se sentir cansado ou com sono; comer quando sentir fome e aquilo que gosta; brincar com os brinquedos que tem vontade (mesmo que socialmente sejam determinados para o gênero oposto), etc. Não se trata de acabar com as regras e imposições pré estabelecidas que garantem o bom desenvolvimento da instituição, sabemos que são importantes, mas mudar o olhar ao realizar ações cotidianas, refletindo se as crianças estão sendo contempladas e alcançadas por estas propostas.

> Sair de cena é difícil para o adulto, que vive em meio a regras, rotinas, horários. Perceber as ações das crianças e justificar o porquê das imposições, da permissão tão curta para a realização de algum empreendimento parece impossível. (COUTINHO, 2002, p. 64).

Se faz necessário então, uma análise na maneira de organizar esses tempos e os espaços dentro das instituições de maneira que se pense em alternativas que levem em consideração as especificidades de cada criança, respeitem seu ritmo e atenda às suas necessidades. “Respeitar os ritmos fisiológicos das crianças implica considerar as diferenças, perceber que na diversidade delas também há diversidade de ritmos, desejos, necessidades.” (COUTINHO, 2002, p. 75).

Por ser a criança capaz de transformar o meio e as situações que está vivendo através da sua imaginação, ressignificando-as e transformando em algo do seu agrado, fica claro que muitas vezes não há lugar nem horário para que se comece a brincar, imaginar, criar. Os espaços e os tempos das creches devem fornecer a criança acolhimento e ao mesmo tempo promoção de sua independência, deve traduzir os conceitos e a cultura adotada pela instituição como também refletir a cultura das crianças que ali estão inseridas, dando-lhes a sensação de pertencimento que é tão importante para que se sintam valorizadas e respeitadas.

4.5 Promoção da Autonomia

Iniciamos a abordagem deste item apresentado a concepção de autonomia adotada pelos autores pesquisados, levando em consideração a definição anteriormente descrita no decorrer deste trabalho. Guimarães (2008) nos mostra que "A autonomia se constrói nos relacionamentos, na tensão entre conquistar a si e relacionar-se fortemente com o outro." (p. 154). Se a criança realiza uma boa inserção na creche e tem sua linguagem reconhecida por meio das observações da professora, logo se sentirá segura neste espaço e irá arriscar suas experiências autônomas.

> [...] implica em deixar de considerar o bebê como objeto de cuidado, ou como objeto de ensinamento precoce, para considera-lo como pessoa que tem influência sobre acontecimentos e que estabelece relações, a partir da confiança na sua capacidade de aprendizagem independente da ação iniciadora e modificadora do adulto. (GUIMARÃES, 2008, p. 189).

Se a professora fornece à criança espaço para se movimentar, brincar, explorar sem deixá-la desassistida, e os espaços e tempos da instituição estão organizados de maneira a instigar sua criatividade e contemplar sua faixa etária, cultura e especificidades então a criança pode passar a realizar seus empreendimentos, sentindo-se segura e capaz.

> Autonomia envolve formar pessoas que saibam trilhar os seus próprios caminhos, traçar a sua história, tomar decisões, construir a autoria e a liberdade. Contrapõe-se a heteronomia, que traz consigo as amarras da dependência e da subordinação às regras de outrem. Dessa forma, educar para a autonomia implica possibilitar ao educando a construção das suas regras de conduta, visando à responsabilidade individual e coletiva que permite a convivência entre humanos. (TRISTÃO, 2004, p. 137).

Quando o adulto dá autonomia aos bebês, ele está permitindo que estes se desenvolvam integralmente, pois aos poucos serão capazes de resolver seus problemas, além de terem o entendimento que eles têm capacidade para planejar e executar determinadas atividades.

> Outro desafio é perceber que permitir aos bebês "fazerem algo a sós" não é só relacionado às competências pré-fixadas (colar um papel, levar a colher à boca, andar, etc), mas experimentarem o mundo e a si mesmos a partir de suas próprias iniciativas, sendo encorajados a isso pelo ambiente, pela presença não invasiva dos adultos. (GUIMARÃES, 2008, p. 155).

Compreendemos que muitas vezes a falta de oportunidades para um desenvolvimento emancipatório vem das normas e rotinas estabelecidas na instituição. A professora entrevistada por Tristão (2004) afirma que embora sinta essa vontade por parte das crianças – de fazer as coisas sozinhos, como comer por exemplo – ela acaba não permitindo, por conta do espaço, tempo e outras circunstâncias próprias a instituição, mas que sente falta de poder fornecer aos bebês possibilidades de exercerem sua autonomia. “Se tu deixares o prato eles vão rapidinho pegar o prato para tentar, mas sempre é em função da rotina, de horário, de espaço e aí a gente acaba não permitindo”. (Entrevista em 12/06/03 – TRISTÃO, 2004, p. 136).

> Liberdade implica fazer escolhas. A possibilidade de escolher na educação é particularmente marcante, caracterizando uma forte oposição em relação ao que acontece em muitas creches, pré-escolas e mesmo escolas brasileiras: há crianças que não têm escolhas. Todas têm que dormir, comer, brincar, relacionar-se, fazer atividades no mesmo momento, independentemente de terem ou não sono, fome ou vontade, geralmente de acordo com a conveniência do adulto ou com a regra institucional. (TRISTÃO, 2004, p. 138).

O cerceamento das ações autônomas dos bebês então, pode ser entendido como falta de liberdade, nas escolhas, nos movimentos, nas opções. Todo o planejamento é realizado pelo adulto, que muitas vezes supõe a resposta da criança, premeditando suas ações. Fochi (2013) relaciona diretamente algumas ações à autonomia como, por exemplo: “motricidade livre, atividade livre, descobertas, ação da própria criança” (p. 113). O autor explica que essas ações estão intimamente ligadas a como as crianças aprendem e o valor que essas atividades tem para a vida delas, pois quando elas realizam suas próprias atividades, elas concentram sua energia no que realmente é necessário para que aquela atividade, tendo a sua atenção toda voltada para o que ela resolveu realizar.

> Não dirigir as crianças, mas incentivá-las a dirigirem-se, desenvolvendo autonomia, escolha e iniciativa é uma forma de cuidarem do cuidado da criança sobre si, promovendo outra experiência da criança sobre si e com o mundo. (GUIMARÃES, 2008, p. 207).

A professora dessa faixa etária deve respeitar a criança e ter ações voltadas para que ela compreenda o conteúdo das regras, mas sem que essas regras pareçam autoritárias, a professora pode construir as regras em conjunto com a turma, deixando sempre claro suas motivações e intenções.

> Muitas vezes, a ação do adulto no contato com a criança é de intervenção, mudando o significado que ela estava dando a sua experiência, atuando sobre a sua ação, seja movendo-a do lugar onde está, chamando sua atenção com as palavras, dando nomes ao que faz, impedindo o curso do movimento, e de tantas outras formas. (GUIMARÃES, 2008. p. 24).

Além disso, a professora deve refletir sobre a organização dos espaços e saber que o tempo e a intervenção são meios de construir e propor um ambiente favorável para os bebês, pois “a provocação é perceber onde colocar a atenção direta e como construir um ambiente onde as crianças se sintam acolhidas, mesmo sem o contato direto todo o tempo.” (GUIMARÃES, 2008, p. 149).

> Na realidade vivida pela referida autora (*Judit Falk, 2004*), as profissionais aprenderam que podiam oferecer alegria, intimidade e segurança a cada criança em particular, quando as outras estavam envolvidas em ações que as deixavam tranquilas, seguindo sua própria esfera de interesses, deslocando-se, brincando, familiarizando-se com suas próprias capacidades e com o mundo. Neste caminho, estar sozinho não é estar abandonado, mas pode representar momentos de atenção a si, aprendizagem sobre si, prazer consigo mesmo. Não considero que as recreadoras possam (ou devam) acompanhar tudo o que ocorre com todas as crianças ao mesmo tempo (...) No entanto, observar o entorno e refletir sobre o sentido dos acontecimentos e sobre si mesmas, poderia desloca-las de um lugar mais tarefeiro que as vezes assumem, no sentido de avaliarem a medida de suas ações, olhares, palavras com as crianças, reconhecendo que elas não estão envolvidas, valorizando o espaço e o tempo em que isto ocorre. (GUIMARÃES, 2008, p. 150-151).

Os bebês revelam através de suas inúmeras atitudes que são capazes de ir além das expectativas que são idealizadas pelos adultos, pois está todo o tempo trocando experiências, experimentando sensações, descobrindo objetos e possibilidades. Experiências significativas não são apenas iniciadas pela professora, muitas vezes a própria criança, guiada por sua curiosidade busca vivenciar diferentes saberes e deve ter esse direito assegurado, de interação com o mundo, de descobertas, de conhecimento – sem a mediação do adulto.

> O olhar cuidadoso, afetivo, acolhedor, incentivador, que protege e promove segurança aos pequenos, necessita ser, ao mesmo tempo, um olhar que encoraje e organize experiências de inserção em práticas socioculturais, as quais as crianças da creche também têm direito a ter acesso. (MATTOS, 2013 p. 59).

Assim, a mediação da professora quando solicitada é bem-vinda, pois traz segurança para a criança, mas quando não solicitada deve respeitar o espaço bem

como o desenvolvimento dos empreendimentos dos pequenos.

Consideramos a escassez de material relacionado a autonomia e experiências autônomas das crianças pequenas como um sinal de que, se tratando de bebês, ainda não seja compreendida sua capacidade e alteridade de maneira significativa. São inúmeros os avanços nas concepções de criança e infância que obtivemos ao passar dos anos, mas ainda precisamos vencer mais esse desafio – o de reconhecer a competência dos bebês em suas atividades e como o adulto pode exercer um papel facilitador e mediador deste processo.

4.6 Um balanço geral das pesquisas estudadas

Determinamos como ênfase desta pesquisa as práticas com crianças de zero a três anos que contribuem para o desenvolvimento da autonomia. Nas pesquisas que selecionamos e que apresentamos nos subtítulos anteriores, conforme as subdivisão dos temas, encontramos muitas práticas humanizadoras que respeitam e contemplam a criança em sua integralidade. Práticas essas que vão desde o reconhecimento da família da criança como parceira no processo de inserção no espaço coletivo de educação à atividades realizadas pelas professoras em espaços e tempos organizados para a criança, de acordo com seus anseios. No entanto, ao refinarmos o olhar para a questão específica – autonomia – não encontramos grandes resultados, fica explícito no desenvolvimento da nossa escrita que houver poucos materiais para representar este tema. Desta maneira, gostaríamos de deixar registrado que consideramos outras temáticas para o desenvolvimento deste trabalho porque para nós as práticas que desenvolvem autonomia podem estar presentes nas diversas situações do cotidiano de uma instituição de Educação Infantil mesmo que não mencionada diretamente.

A autonomia da criança pequena não é uma fase nem um estágio que a criança passa ou alcança, ela é um exercício diário. O bebê é um ser completo e competente, como já apontado anteriormente, mas sua dependência relativa ao seu tempo de vida determinam, que é necessário um adulto para que algumas de suas necessidades específicas sejam satisfeitas. Desta maneira, a educação e o cuidado devem andar juntos pois uma criança quando é cuidada, ou seja, quando está

confortável (limpa, alimentada, descansada) ela então se sente pronta para iniciar seus empreendimentos sozinha.

Assim, compreendemos que a autonomia da criança pequena está intimamente ligada ao seu bem-estar, e que, como os pesquisadores aqui representados defendem, a educação de qualidade na creche ou em instituições similares, que propiciam experiências significativas e desenvolvimento pleno é um direito da criança, e, as práticas docentes devem ser pautadas de acordo com as particularidades e contextos sociais das crianças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita deste trabalho se deu em torno do propósito de conhecer um pouco mais sobre o mundo dos bebês e das crianças bem pequenas, sendo a idade delimitada de 0 a 3 anos, idade essa que nos desperta muito interesse, por ser uma fase marcada por troca constante de experiências e descoberta de objetos e possibilidades.

Traçamos como objetivos principais a identificação de autores brasileiros, mais especificamente dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que abordam em suas linhas de pesquisa temas relativos as práticas pedagógicas com bebês nos espaços coletivos, e principalmente, promoção da autonomia em bebês.

Para alcançar os objetivos mencionados traçamos um percurso, escolhendo subtítulos para compor esse trabalho, visando contextualizar os aspectos que consideramos mais importantes para entender como se dá a inserção desta faixa etária em instituições escolares e entender como esses temas são tratados pelos autores aqui escolhidos.

Quando falamos da criança e suas manifestações é comum pensarmos em linguagem verbal, esta que sem dúvida é essencial para o desenvolvimento desta. Porém, a partir dos autores estudados, destacamos que as professoras devem compreender que a criança se comunica e se expressa por meio de múltiplas linguagens e estas precisam estar empenhadas em ouvir essas linguagens, mesmo que as crianças ainda não se expressem em palavras, a fim de reconhecer seus anseios e assim suprir suas expectativas, pois o choro mostra que algo a incomoda, a risada demonstra satisfação e seus balbucios demonstram ideias e opiniões. Neste espaço a criança tem a oportunidade de ser valorizada e contemplada em sua totalidade, mas isso só é possível a partir do compromisso da professora em ouvi-la, estar atenta as suas linguagens e acessível para ela, pois os gestos, olhares e trocas de objetos mostram comunicação da criança com seus pares e com os adultos que as cercam.

Conforme destacado anteriormente, a faixa etária estudada frequenta instituições de Educação Infantil, sendo elas denominadas como creche. Para que a inserção desta faixa etária se dê de maneira leve e agradável, os autores mostraram

que as instituições devem estar pautadas na ideia de que as famílias são muito importantes nesse processo, pois podem contribuir de maneira muito significativa no processo de inserção dos bebês na creche. Acreditamos que havendo uma parceria entre escola e família, o estágio de desconforto por conta da separação para os bebês será minimizado e este passará a ter outros adultos de referência além dos familiares, pois é importante para o desenvolvimento destes a oportunidade de socialização e contato com outras pessoas, além daquelas de seu convívio familiar. As professoras devem observar a criança e suas famílias a fim de compreender seus costumes e modos de viver, isso demonstra respeito por quem são, e mostrar-se interessado em suas preferências e particularidades é também contribuir para o processo de socialização que está se iniciando, lembrando sempre que o respeito pela diversidade das crianças e das suas famílias é fundamental para a inserção e permanência das crianças na creche.

Destacamos também como ponto primordial o papel da professora, pois entendemos que esta é uma figura fundamental na vida da criança, atuando diretamente na sua formação. A inserção da criança na escola é uma fase muito importante de sua vida, pois nesse espaço há socialização, troca de experiências e os primeiros traços de personalidade são construídos. Concluímos a partir dos autores que tudo isso só acontece com a ajuda do adulto envolvido em seu desenvolvimento, neste caso, a professora, que é a mediadora entre a criança e o conhecimento, além disso, é na instituição de Educação Infantil que a criança irá vivenciar diferentes experiências e descobertas sobre o mundo que a cerca.

Quando tratamos sobre os espaços e tempos escolares, ficou destacado que esses espaços devem ser acolhedores e sempre abertos ao novo, original e criativo, sendo pensado, planejado e organizado em função das crianças. No caso dos espaços que atendem bebês, o cuidado deve ser ainda maior, pois trata-se de um público que está conhecendo um espaço novo, além daquele que é sua casa. O espaço tem a capacidade de orientar e auxiliar o trabalho da professora, pois tudo que as crianças fazem e aprendem acontece em um ambiente, em um local cujas características afetam tal conduta ou aprendizagem. O espaço deve ser um apoio para a professora e deve permitir que ela crie projetos e atividades que estimulem os bebês a descobrir e experimentar novas experiências. Cabe a professora, portanto, criar um ambiente afetivo, organizado, acolhedor e estimulante, capaz de criar interesse das crianças por esse espaço e pelas pessoas que ali convivem. Outro

tema fundamental para a organização na escola infantil é o tempo, pois é ao longo da sua passagem que as experiências passam a ser compartilhadas. Além disso, o tempo tece histórias, oferece a ideia de durabilidade e construção de sentidos. A professora deve organizar o tempo para as atividades diárias com os bebês, lembrando que o uso do tempo requer compreensão das necessidades dos pequeninos. Os autores apontam que a professora deve organizar as atividades de forma a valorizar o tempo de cada criança, promovendo momentos de atenção, troca e cuidado.

Ao chegarmos ao ponto central desta pesquisa, a autonomia dos bebês, concluímos que estes são ativos nas ações e relações com todos que o cercam e a professora deve sempre criar propostas e condições para o bebê realizar suas descobertas, respeitando-o e garantindo o apoio para as suas experiências e conquistas, encorajando-o a desenvolver-se de forma autônoma. Para que o bebê crie confiança em si mesmo, ele deve contar com a professora que confia em suas capacidades, trata-se de ser um apoio para o bebê descobrir possibilidades do seu corpo e mecanismos para alcançar seus anseios.

Por fim, destacamos que a vida dos bebês e crianças pequenas é cercada de singularidades e a creche deve estar preparada como um todo para receber esse público, pois os bebês são sujeitos de direitos e atores sociais e a construção de sua autonomia deve permitir que ele se seja visto como ator social, a partir de suas bases e possibilidades.

5.1 Luzes lançadas à partir desse trabalho

Ao iniciarmos as pesquisas sobre a autonomia dos bebês e das crianças pequenas primeiramente consideramos explorar o Método de Lóczy a fim de compreender as possibilidades das ações docentes principalmente nas relações de cuidado e no relacionamento firmado entre criança e adulto. A partir destes estudos partimos para a exploração de pesquisas italianas que tratavam da Educação Infantil e das suas particularidades, buscando apreender conhecimento sobre as práticas humanizadoras na educação de bebês. Considerando estes primeiros estudos e ainda, a grande contribuição da disciplina optativa PRÁTICAS EDUCATIVAS COM

CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Fundamentos e Possibilidades[3] – ofertada durante nosso curso de graduação – que tinha como tema central os desafios e as possibilidades na educação de crianças de zero à três anos de idade fomos nos interessando cada vez mais em conhecer o universo dos pequenos e contribuir, de alguma forma, com o trabalho das profissionais que atuam nesta etapa de ensino. Desta maneira passamos a buscar por referências brasileiras de trabalhos realizados de acordo com a nossa realidade, considerando as pluralidades existente em nosso país, as condições de vida de muitas famílias, a falta de preparo das profissionais muitas vezes causada por deficiências no sistema de ensino superior, as condições marginalizadas que muitas instituições enfrentam, entre outros problemas sociais que enfrentamos. Assim, fizemos um recorte selecionando pesquisas realizadas nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e destacando temáticas que considerávamos relevantes para a compreensão dos fatores favoráveis ao desenvolvimento da autonomia dos bebês e das crianças pequenas.

A partir da pesquisa central do trabalho, conforme íamos conhecendo mais do trabalho com crianças pequenas e apreendendo mais sobre as especificidades, as possibilidades e também as dificuldades enfrentadas para garantir qualidade na Educação Infantil fomos compreendendo que a autonomia da criança pequena, como já dissertado acima, está ligada à promoção de bem-estar e ao respeito por suas particularidades – seu ritmo, suas preferências, sua cultura por exemplo. Desta maneira podemos afirmar que nossa concepção de Educação Infantil – especificamente da creche – se ampliou significativamente. Compreendíamos com clareza as contribuições desta etapa para o desenvolvimento integral da criança pequena, principalmente seu potencial social, mas tivemos a visão acerca da autonomia estendida para outros aspectos – além do movimento livre e do fazer sozinho.

Compreendemos então que a autonomia da criança pequena só é possível se for encorajada por um adulto que realmente acredite no potencial dessa criança, e que ela depende de diversos fatores externos como: o olhar atento da professora – que compreende a criança e suas manifestações, mesmo das que ainda não se comunicam oralmente; um bom relacionamento entre família e instituição –

[3] A disciplina optativa cursada em 2017 foi ministrada pela Professora Angela Maria Scalabrin Coutinho.

transmitindo confiança para a criança, fazendo com que ela considere a creche um local seguro para ficar, se relacionar e iniciar novas descobertas; a sutileza na ação docente – que transmite confiança à criança pequena sem interferir em seus empreendimentos e também oferece experiências significativas de forma a oportunizar suas realizações autônomas sem deixá-la desassistida; a organização de espaços que estimulem sua criatividade e curiosidade, bem como, tempos organizados de acordo com o ritmo das crianças, que não interrompam o auge das suas brincadeiras nem as obriguem a comer ou dormir sem vontade, apenas para cumprimento de rotinas definidas sem reflexão.

Contemplados os aspectos acima mencionados, somados a um compromisso em prover o melhor para a criança como cuidá-la independentemente do que é atribuição da escola ou da família, mas levando em consideração os direitos humanos básicos podemos então caminhar para uma permanência saudável em uma instituição coletiva, além de garantir qualidade na educação, respeito a condição humana e uma infância digna para as crianças.

Esperamos que assim como nós tivemos nossas concepções transformadas e nosso olhar ressignificado, que este trabalho possa contribuir também para que outras pessoas sejam tocadas, perpassadas e incentivadas a adotar uma pedagogia humanizadora e compromissada com os bebês e as crianças pequenas.

5.2 Recomendações para trabalhos futuros

A construção desse trabalho se deu a partir de pesquisa bibliográfica e ao filtrarmos as buscas para o tema central - promoção da autonomia de bebês e crianças de 0 a 3 anos em creches, percebemos que pouco se fala sobre esse tema em específico.

Consideramos que esta pesquisa possibilitou ter uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas com bebês nos espaços coletivos, e principalmente, promoção da autonomia em bebês. Porém, sabemos que ainda há muito o que ser discutido a respeito deste tema, pois nunca teremos respostas para todas as inquietações quando estamos falando sobre bebês e crianças pequenas no convívio diário na creche.

Sendo assim, destacamos a importância de ampliar e aprofundar os estudos acerca do tema que aqui exploramos, pois, entendemos que ele se mostra fundamental no trabalho da professora na creche, que deve respeitar os bebês em suas especificidades. Cada bebê carrega em si uma história, uma cultura, uma família, uma bagagem. Desde a mais tenra idade, cada ser humano é único e deve ser tratado como tal.

O que infelizmente vemos na realidade por muitas vezes a formação escolar é uma tentativa de padronização, objetivam o “bebê ideal”, depois a “criança ideal”, o “jovem ideal” para no fim, se tornar o “adulto ideal”, ignorando o fato de que somos seres singulares, heterogêneos. Acreditamos na importância de discussões acerca das especificidades da ação docente sejam realizadas, continuadas, intensificadas. Desde a primeira etapa da educação básica, que compreende a Educação Infantil nas instituições coletivas acreditamos ser necessário o preparo docente, bem como levantamentos de questões que respondam os questionamentos que frequentemente permeiam o trabalho com crianças docentes, questionamentos esses que envolvem o educar e o cuidar, os limites e as capacidades das crianças pequenas – compreendidos a partir da observação atenta da profissional, que contemplam a organização dos tempos e espaços da educação infantil, enfim, questionamentos que procuram facilitar a compreensão da profissional da Educação Infantil acerca de suas atividades e as possibilidades de ressignificação destas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDIOLI, A. e MANTOVANI, S. Introdução. In: BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil:** de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexiva. Porto Alegre: ArtMed, 9ª edição, 2003, p.013-037.

BRASIL. Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

CIVILETTI, M. V. P. **O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº. 76. 1991.

COUTINHO, Â. M. S. **As Crianças no Interior da Creche**: a educação e o cuidado nos momentos de sono, higiene e alimentação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina. Fevereiro, 2002.

COUTINHO, Â. M. S. Educação Infantil: espaço de educação e cuidado. In: **XXV Reunião Anual da ANPED**, 2002.

DICIO. Dicionário Online. Disponível em: https://www.dicio.com.br/autonomia/. Acesso em: 15/11/17.

DIDONET, V. (2001). Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo.** Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília. p.11-28.

FALK, J. (org). 2004. **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy**. Araraquara: J&M Editores.

FOCHI, P. S. **“Mas os bebês fazem o quê no berçário, heim?”**: documentando ações de comunicação, autonomia e saber-fazer de crianças de 6 a 14 meses em contextos de vida coletiva. Dissertação (Mestre em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

GUIMARÃES, D. O. **Relações entre crianças e adultos no berçário de uma creche pública na cidade do Rio de Janeiro**: técnicas corporais, responsividade, cuidado. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

GOBATTO, C. **“Os Bebês Estão por Todos os Espaços!”**: um estudo sobre a educação de bebês nos diferentes contextos de vida coletiva da escola infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MANTOVANI, S. e TERZI, N. A Inserção. In: BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil:** de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexiva. Porto Alegre: ArtMed, 9ª edição, 2003, p.173-184.

MARANHÃO, D. G. O cuidado de si e do outro. In: **Revista Educação.** Publicação Especial Educação Infantil. Vol. 2. Outubro/2011. ISSN: 1415-5486 p. 14-29.

MATTOS, M. N. S. S. **LEITURA LITERÁRIA NA CRECHE:** o livro entre texto, imagens, olhares, corpo e voz. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

SÃO PAULO. Caderno 4. Formação em Educação Infantil: 0 a 3 anos. In: Programa São Paulo pela primeiríssima infância.

TRISTÃO, F. C. D. **A sutil complexidade das práticas pedagógicas com os bebês.** In: MARTINS FILHO, Altino J. (et al.). Infância plural: crianças do nosso tempo. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 39-58.

TRISTÃO, F. C. D. **Ser Professora de Bebês**: um estudo de caso em uma creche conveniada. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.